



---

# Relatório de Gestão e Contas 2019

## Plano de atividades e orçamento 2020-2022

---

# ÍNDICE

(POR PÁGINA)

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>3</b>	<b>NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>32</b>
<b>Convocatória da Assembleia Geral</b>	<b>4</b>	1. Introdução	
<b>1. Enquadramento Económico</b>	<b>5</b>	2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas	
1.1. A economia portuguesa		3. Relato por segmentos	<b>45</b>
1.2. A atividade seguradora	<b>6</b>	4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	<b>47</b>
1.3. A Pesca		5. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	<b>48</b>
<b>2. Factos relevantes da Mútua em 2019</b>	<b>7</b>	6. Ativos financeiros disponíveis para a venda	
2.1. Principais variáveis e indicadores de atividade		7. Empréstimos e contas a receber	<b>49</b>
2.2. Área Comercial	<b>8</b>	8. Terrenos e edifícios de uso próprio	<b>50</b>
2.3. Área Financeira e de Resseguro		9. Terrenos e edifícios de rendimento	<b>51</b>
2.4. Área Técnica	<b>9</b>	10. Outros ativos tangíveis	<b>52</b>
2.5. Área de Ação Cooperativa e Comunicação		11. Provisões técnicas de resseguro cedido	
2.6. Área de Sistemas de Informação	<b>10</b>	12. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	<b>54</b>
<b>3. A Atividade da Mútua em 2019</b>	<b>11</b>	13. Outros devedores por operações de seguros e outras operações	<b>57</b>
3.1. Síntese da atividade		14. Ativos e passivos por impostos	
3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto	<b>12</b>	15. Acréscimos e diferimentos	<b>59</b>
3.3. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto	<b>13</b>	16. Afetação dos investimentos e outros ativos	
3.4. O Resseguro		17. Provisões técnicas	
3.5. Cobranças	<b>14</b>	18. Outros passivos financeiros	<b>63</b>
3.6. Custos por Natureza	<b>16</b>	19. Outros credores por operações de seguros e outras operações	
3.7. Investimentos		20. Acréscimos e diferimentos	
3.8. Garantias Financeiras	<b>17</b>	21. Capital social	<b>64</b>
3.8.1. Provisões Técnicas		22. Reservas	
3.8.2. Capital Próprio e Margem de Solvência	<b>18</b>	23. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	
3.9. Recursos Humanos		24. Custos e gastos por natureza	<b>65</b>
3.9.1. Formação	<b>19</b>	25. Comissões recebidas de contratos de seguro	<b>66</b>
3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno		26. Rendimentos financeiros	
3.11. A Cooperativa	<b>20</b>	27. Gastos financeiros	<b>67</b>
3.11.1. Segurança Marítima		28. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	<b>68</b>
3.11.2. Projetos		29. Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	
3.11.3. Parcerias, Intercooperação e Associativismo	<b>21</b>	30. Outros rendimentos/gastos	<b>69</b>
3.11.4. Setor Cooperativo e Social		31. Instrumentos financeiros	
3.11.5. Acompanhamento Social		32. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros	<b>70</b>
3.11.6. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários	<b>22</b>	33. Gestão de riscos, objetivos e políticas	<b>72</b>
3.11.7. Informação e Comunicação		34. Gestão de capital	<b>80</b>
3.11.8. Ações de Marketing e Publicidade		35. Compromissos e contingências	
3.11.9. Coro Grupo Mútua	<b>23</b>	36. Partes relacionadas	
<b>4. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização</b>		37. Acontecimentos após a data de balanço	
4.1. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave		38. Outros assuntos	<b>81</b>
4.2. Política de remuneração dos demais trabalhadores		• Inventário de participações e instrumentos financeiros	<b>82</b>
<b>5. Outras Informações</b>	<b>22</b>	• Desenvolvimento da provisão para sinistros e custos com sinistros	<b>84</b>
<b>6. Aplicação de Resultados</b>		• Discriminação de alguns valores por ramos	<b>85</b>
<b>7. Perspetivas para o triénio 2020-2022</b>	<b>23</b>	• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	<b>86</b>
<b>8. Agradecimentos</b>		• Certificação Legal de Contas	<b>87</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>		• Plano de Atividades e Orçamento 2020-2022	<b>90</b>
• Posição Financeira a dezembro 2019 e 2018	<b>26</b>	• Parecer Conselho Fiscal ao Plano de Atividades	<b>95</b>
• Ativo			
• Passivo e Capitais Próprios	<b>27</b>		
• Conta de Ganhos e Perdas	<b>28</b>		
• Demonstração das Variações no Capital Próprio	<b>29</b>		
• Demonstração do Rendimento Integral	<b>30</b>		
• Demonstração dos Fluxos de Caixa	<b>31</b>		

# ÓRGÃOS SOCIAIS

## Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente**

Frederico Fernandes Pereira

**Vice-Presidente**

Carlos Alberto Espadinha

**Secretários**

Filipa Marta Torres Faria

António José Casmarrinha

### Conselho de Administração

**Presidente**

José Manuel Jerónimo Teixeira

**Vice-Presidente**

João Paulo Quinzico Delgado

**Administradores - Efetivos**

Álvaro José Bota Guia

Arsénio Marques Caetano

Filipe Manuel Santos Dias Marques

Jerónimo Gomes Viana

José Luís Marques Cabrita

**Administradores – Suplentes**

Emanuel Borges Cardoso

Gualberto Costa Rita

Manuel Coentrão Pontes

### Conselho Fiscal

**Presidente**

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

**Vogais – Efetivos**

Jorge Serafim Silva Abrantes

José Joaquim Salvado Mesquita

**Vogal – Suplente**

José António Fernandes

### Revisor Oficial de Contas

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:

**Revisor Oficial de Contas – Efetivo**

Carlos Manuel Grenha

**Revisor Oficial de Contas – Suplente**

Carlos Alberto Domingues Ferraz

### Comissão de Avaliação e Vencimentos

**Presidente**

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

**Vogais**

Genuino Alexandre Goulart Madruga

José Marcelino Correia Castanheira

### Conselho Nacional

4 Membros da Mesa da Assembleia Geral

11 Membros eleitos pelos Conselhos Regionais

1 Representante dos Trabalhadores

### Conselhos Regionais

Norte

Centro

Sul

Algarve

Açores

Madeira

# ASSEMBLEIA GERAL

## CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, nº 57 - 6º andar, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para se reunir no dia **29 de junho de 2020, pelas 15 horas**, na sua sede, na morada acima indicada, e com apoio do sistema de videoconferência, tendo a seguinte

### **Ordem de Trabalhos:**

- 1.º** - Discussão e votação do Relatório de Gestão, documentos de Prestação de Contas, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2019, incluindo a forma de aplicação dos resultados;
- 2.º** - Discussão e votação do Relatório de Gestão Consolidado, documentos de Prestação de Contas Consolidadas, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2019;
- 3.º** - Discussão e votação da proposta de aplicação do Fundo de Reserva para a educação cooperativa e formação cultural e técnica dos cooperadores, trabalhadores e comunidade;
- 4.º** - Discussão e votação do Plano de Formação para 2020;
- 5.º** - Declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização;
- 6.º** - Renúncia de José Joaquim Salvado Mesquita ao cargo de Vogal do Conselho Fiscal e consequente nomeação do Suplente José António Fernandes, a Vogal;
- 7.º** - Outros Assuntos.

Atendendo as contingências atuais, provocadas pela epidemia COVID-19, Assembleia Geral irá realizar-se também por videoconferência, assegurando a Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL. a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações. Caso pretenda aceder por este meio, deve entrar em contacto com a Mútua dos Pescadores através do endereço geral@mutuapescadores.pt ou do telefone 213936300, até ao dia 21 de junho de 2020.

No edifício da sede da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL., estará disponível uma sala para acolher os cooperadores que ainda assim desejem deslocar-se, contudo, o acesso a este espaço estará dependente da verificação de normas de segurança, nomeadamente o uso obrigatório de máscara e da salvaguarda do distanciamento de pelo menos dois metros entre cooperadores.

Nos termos do n.º 2, do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes, por via telemática ou presencial, mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia **reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.**

Lisboa, 28 de maio de 2020

**O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**  
**Frederico Fernandes Pereira**

# Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2019

## 1. Enquadramento Económico e Social

### 1.1. A economia portuguesa

O ano de 2019 terá, no essencial, mantido os traços que têm caracterizado a economia portuguesa nos últimos anos: ligeiro crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), inflação nos níveis mais baixos da Europa, e emprego mantendo indicadores de modesto crescimento.

O Banco de Portugal, no seu Boletim Económico de dezembro de 2019, caracteriza o ano como o primeiro de uma trajetória de desaceleração da atividade económica que se prevê para os próximos anos e que resulta das condicionantes externas colocadas a todos os países da zona euro. “O enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável em 2019, perspetivando-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundiais ao longo do restante horizonte de projeção. No entanto, existe incerteza em torno desta recuperação, em particular do comércio mundial. (...) O abrandamento das exportações e da indústria também se tem registado em Portugal.”

O Banco de Portugal afirma ainda, “o crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento (que limitam o investimento) e os ainda relativamente baixos níveis de capital humano. (...) O crescimento do emprego reflete principalmente a absorção de trabalhadores vindos do desemprego e, em menor grau, o ligeiro aumento projetado para a população ativa, não obstante a continuação da tendência ligeiramente descendente da população total.”

**QUADRO 1 - PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2019-2022**  
**Taxa de variação anual, em percentagem**

	% do PIB 2018	BE dezembro 2019					BE outubro 2019	BE junho 2019		
		2018	2019(p)	2020(p)	2021(p)	2022(p)	2019(p)	2019(p)	2020(p)	2021(p)
Produto Interno Bruto	100	2,4	2,0	1,7	1,6	1,6	2,0	1,7	1,6	1,6
Consumo Privado	64,8	3,1	2,3	2,1	1,9	1,7	2,3	2,6	2,0	1,7
Consumo Público	17	0,9	0,5	0,8	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	17,6	5,8	7,3	5,4	4,8	4,3	7,2	8,7	5,8	5,5
Procura Interna	99,9	3,3	3,1	2,6	2,2	2,0	2,9	3,5	2,3	2,2
Exportações	43,5	3,8	2,8	2,6	2,8	3,0	2,3	4,5	3,1	3,4
Importações	43,4	5,8	5,4	4,6	4,2	3,9	4,6	8,0	4,3	4,4
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)										
Procura interna		1,7	1,5	1,3	1,2	1,1	1,6	1,3	1,1	1,0
Exportações		0,8	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
Emprego (b)		2,3	1,0	0,8	0,4	0,1	0,9	1,3	0,8	0,4
Taxa de desemprego (em % da População Ativa)		7,0	6,3	5,9	5,6	5,6	6,4	6,3	5,7	5,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,4	0,4	0,7	0,9	0,0	0,5	0,1	0,2	0,2
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		0,8	-0,6	-1,2	-1,7	-2,1	-0,7	-0,5	-0,7	-1,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		1,2	0,3	0,9	1,2	1,4	0,4	0,9	1,2	1,3

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias associadas a cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a Caixa “Atualização dos conteúdos importados da procura global para a economia portuguesa” do Boletim Económico de março de 2019. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

Naturalmente, não são alheios a este aumento da população ativa a contínua maior participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como o aumento da idade da reforma, o aumento dos fluxos imigratórios de estrangeiros e, indiretamente, a quebra da natalidade que reduz o número de jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Neste contexto, é compreensível que no setor económico em que se situa a nossa atividade, particularmente na pesca, se tenha feito sentir a dificuldade de recrutar trabalhadores, nomeadamente portugueses, sendo igualmente notório que os seguros que registam crescimento dos prémios emitidos são os dos ramos obrigatórios (como os de acidentes de trabalho), no caso dos ramos Não Vida, ou os tendentes a prevenir o conforto na velhice como os Planos de Poupança Reforma, no lado dos Ramos Vida, que conferem segurança em tempos de juros baixos.

## 1.2. A atividade seguradora

A atividade seguradora em Portugal, de acordo com os Indicadores de Gestão divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, registou durante o ano em apreço uma quebra do volume global de prémios emitidos (-5,84%), justificada pelo resultado menos positivo dos ramos Vida (-14%), o que condicionou fortemente o resultado do setor, apesar de nos ramos Não Vida, onde a Mútua se enquadra, se ter registado um crescimento de 8,18%.

No que diz respeito à sinistralidade, comparativamente com 2018, os custos globais em 2019 decresceram (-9,27%), sendo que neste caso os ramos Vida tiveram um melhor desempenho (-14,65%), enquanto os ramos Não Vida viram os seus custos aumentar em 2,7%.

Já no que se refere a factos relevantes observados no setor, sublinham-se as transformações de algumas das companhias a operar em Portugal, continuando a observarem-se lógicas de fusão ou concentração, assistindo-se simultaneamente ao enorme esforço dos diferentes atores, independentemente da sua dimensão ou características, para cumprir com os requisitos da nova Lei de Distribuição de Seguros, com a reflexão sobre o efeito das alterações climáticas na produção de seguro ou com a necessidade de implementar as novas normas de reporte financeiro exigidas pela IFRS 17.

## 1.3. A Pesca

### 1.3.1 O contexto enquadrador do ano de 2019

Segundo as Estatísticas da Pesca do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) de 2017 para 2018 o número de pescadores registados diminuiu significativamente. Neste período, perderam-se 1.478 efetivos na pesca em Portugal, sendo que a 31 de dezembro de 2018 o número total de pescadores no país fixava-se em 16.141. A frota nacional registou, no mesmo período, menos 75 embarcações de pesca licenciadas e contava no final de 2018 com 3.944 embarcações em condições para exercer a atividade. O preço médio (PM) do pescado transacionado na primeira venda em lota caiu, relativamente a 2017, de 2,23 euros/kg para 2,20 euros/kg (-1,7%). O capturado pela frota nacional teve um decréscimo de 1%, cifrando-se em 177.655 toneladas (ton.), no entanto, e segundo os mesmos dados, o valor global do pescado transacionado em lota cresceu 7,1% fixando-se em 291.715 mil euros. No entanto, a nossa balança comercial de produtos da pesca, significando a diferença entre as nossas importações e exportações destes produtos, continua a sua rota de aprofundamento do seu perfil deficitário, apresentando um saldo negativo de 1.074,6 milhões de euros em 2018, mais 11,5% face ao ano anterior. De 2016 a 2018 este défice aumentou 123 milhões de euros.

Embora se assista, em termos globais, a um melhor desempenho dos resultados económicos do setor (valor realizado na primeira venda), esse facto, só por si, parece não ser o suficiente para alterar a sua estrutura social para que se proceda a uma urgente renovação da mão de obra, senão vejamos:

Em 2018, 56,8% dos pescadores registados tinham entre os 35 e os 54 anos e 20,5% tinham mais de 55 anos. No continente, os pescadores mais jovens encontravam-se no Centro (29,6%) e os pescadores mais velhos encontravam-se no Alentejo, onde 49,5% tinham mais de 55 anos. Relativamente aos segmentos da pesca, é o Arrasto que menos fixa pescadores com mais de 55 anos, apenas 11,9% do total estão nestas condições.

Tendo por base estes indicadores de acelerado desaparecimento dos pescadores portugueses, a composição social do setor está a sofrer profundas alterações. Hoje, muitas embarcações de pesca profissional são tripuladas por cidadãos estrangeiros, designadamente cidadãos asiáticos, que garantem a operacionalidade de boa parte da frota com especial incidência no norte do país.

### 1.3.2 O ano 2019: os resultados económicos em contraponto com o descontentamento do setor

Segundo o DATAPESCAS n.º 123, referente ao período que se compreende entre janeiro e dezembro de 2019, constata-se um aumento global das capturas desembarcadas em 8% face ao período homólogo, o que se traduz em 138.797,3 ton. de pescado descarregado nas lotas nacionais.

Em 2019, o défice da balança comercial de produtos da pesca em Portugal volta a aumentar cerca de 12 milhões de euros, situando-se acima dos mil milhões de euros pelo terceiro ano consecutivo (1 110,8 milhões de euros) (Dados provisórios). Segundo os dados publicados pela Docapesca, as vendas de pescado cresceram 3,3% atingindo o maior valor desde que há registos: 212,3 milhões de euros. A lota de Peniche ficou mais uma vez em primeiro lugar no que toca aos valores gerados na primeira venda, atingindo os 31,9 milhões de euros. Sesimbra ocupa o segundo posto com 29,4 milhões. Seguem-se Matosinhos com 24,6 milhões, Aveiro com 17,7 milhões e Vila Real Santo António com 14 milhões.

Em termos de descargas é Sesimbra que se destaca na primeira posição com 36 mil ton., seguindo-se Matosinhos com 13,9 mil ton., Aveiro com 13,4 ton., Olhão com 12,7 ton. e Peniche com 12,4 mil ton.

As espécies mais significativas descarregadas, nas lotas do continente, são o polvo, sardinha, carapau, biqueirão e cavala. Relativamente às regiões autónomas, é nos Açores que se verifica uma quebra acentuada da produção em 2019 (-30,7%), já na Madeira as capturas subiram significativamente (33,8%) fazendo do último ano um dos melhores de sempre nas pescas do arquipélago.

Ainda que os valores gerados na primeira venda tenham vindo a crescer com alguma expressão, o que se traduz em mais rendimento à produção, tal facto não tem tido reflexo na pacificação dos ânimos no setor.

## 2. Factos relevantes da Mútua em 2019

### 2.1. Principais variáveis e indicadores da atividade

(valores em euros)

QUADRO 2 – PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DA ATIVIDADE			
Balço	2019	2018	Varição (%)
Investimentos	36.502.425	32.135.118	13,6%
Ativo Líquido	43.377.301	39.325.848	10,3%
Capital Próprio	12.984.616	10.933.580	18,8%
Provisão para prémios n/ Adquiridos	1.127.442	1.055.527	6,8%
Provisão Matemática	11.694.140	11.290.003	3,6%
Provisão para Sinistros	18.281.754	17.124.513	6,8%
Provisão para sinistros Líquida de Resseguro	15.638.111	15.059.980	3,8%
Provisões Técnicas	19.889.546	18.695.361	6,4%
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	16.583.972	16.009.112	3,6%
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios Brutos Emitidos	10.664.875	9.104.980	17,1%
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	7.191.176	5.854.343	22,8%
Custos com sinistros de seguro direto	7.959.206	6.407.935	24,2%
Custos com sinistros Líquidos de Resseguro	5.769.848	4.791.519	20,4%
Custos Operacionais	1.268.242	1.104.691	14,8%
Rendimentos	828.134	798.955	3,7%
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	29.090	64.629	-55,0%
Resultado Líquido	525.434	658.447	-20,2%
<b>Indicadores</b>			
Taxa de sinistralidade de seguro Direto	75%	70%	
Taxa de sinistralidade Líquida de Resseguro	80%	82%	
Resultado Líquido/PBE	5%	7%	
Rácio combinado de seguro Direto	94%	91%	
Rácio combinado Líquido de resseguro	98%	101%	

### 2.2. Área Comercial

De acordo com a estratégia definida, o mar e, em particular, a atividade da Pesca, continuam a ser o foco central da atividade da Mútua dos Pescadores. Neste setor cresceu-se 18,4%, nos ramos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

Nos outros setores de atividade, verificou-se um crescimento na ordem dos 10,4%, onde, a par da carteira dos ramos de Acidentes de Trabalho e de Acidentes Pessoais, a Mútua dispõe de uma carteira de produtos de Multiriscos e Incêndio que também cresceu.

Ao longo de 2019, celebraram-se novos contratos, verificando-se a entrada de importantes carteiras de grandes armadores nacionais, o que demonstra a capacidade da Mútua em captar e dar resposta às necessidades do mercado e dos novos segurados.

De salientar igualmente o crescimento consistente no ramo Marítimo, no segmento das empresas da atividade Marítimo-Turística, que em 2019 rondou os 10%.

No segmento da Náutica de Recreio continua-se a crescer. No ramo de Acidentes Pessoais, manteve-se a dinâmica na

sua comercialização associada aos produtos de Marítimo-Recreio e Marítimo-Turísticas, Lazer, Voluntariado, para além de outras atividades.

É de sublinhar a atualização do produto Multirriscos, durante o último trimestre de 2019, e o desafio lançado às diversas Dependências e Balcões para a sua promoção e comercialização, verificando-se já resultados interessantes face aos trimestres anteriores.

### **2.3. Área Técnica**

Tal como planificado, consolidou-se o alinhamento das práticas e funções ajustadas à gestão do mecanismo da participação eletrónica de Acidentes de Trabalho.

Prosseguiu-se a implementação procedimentos inerentes ao cumprimento do Regulamento Geral Proteção Dados Pessoais.

Foi terminada a conceção da nova modalidade do seguro de Multirriscos habitação e garantiu-se o seu início de produção. Preparou-se e garantiu-se o acompanhamento da implementação da integração automática das Folhas de Férias eletrónicas no sistema central GiS.

Procedeu-se à atualização do Segurpesca XXI, integrando, obrigatoriamente, o subsídio de almoço no cálculo da massa salarial.

Acompanhou-se a devida integração de dois novos trabalhadores, que reforçaram a equipa do Departamento Técnico.

### **2.4. Área Financeira e de Resseguro**

Durante o ano de 2019, a par das atividades quotidianas próprias da gestão financeira, contabilísticas e de resseguro, deu-se particular atenção ao desenvolvimento de projetos e ações decorrentes das novas exigências colocadas ao setor.

Procedeu-se ao desenvolvimento da informação de gestão a nível técnico, como forma de facilitar e melhorar a interpretação dos dados.

Iniciou-se o processo de implementação de um novo sistema de gestão de ativos.

Tomaram-se as medidas necessárias para o cumprimento das normas regulamentares do E-Fatura (Decreto Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro).

Iniciou-se o processo de implementação da faturação eletrónica para as entidades públicas.

Mantiveram-se os procedimentos de controlo interno das Despesas Gerais, e procedeu-se à informatização automática do mapa de controlo.

Prosseguiram-se as auditorias internas a todas as Dependências e Balcões.

Foram monitorizados o conjunto de indicadores de "performance" (KPI) e de indicadores de risco (KRI) definidos, e procedeu-se ao desenvolvimento de novos indicadores de risco com métrica de rendibilidade económica baseada no risco.

Procedeu-se à elaboração do orçamento plurianual (2020-2022) que reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, mantendo-se as grandes linhas estratégicas para o desenvolvimento da seguradora num horizonte de três anos.

### **2.5. Área de Ação Cooperativa e Comunicação**

#### **Pés no Terreno**

A Administração da Mútua dos Pescadores esteve mais uma vez presente em diversos pontos do território nacional constatando no terreno as necessidades efetivas das comunidades piscatórias para melhor intervir na resolução das diversas questões. Destacam-se as presenças em Olhão para auscultar os pescadores sobre as condições do porto de pesca; o estreito acompanhamento da comunidade piscatória tendo em conta a necessidade de resolver o avançado estado de degradação do portinho da Ericeira; a presença na Póvoa de Varzim e na Figueira da Foz para aferir o estado em que as barras destes portos se encontram; e a imediata presença no arquipélago dos Açores para avaliar os impactos do "Furacão Lorenzo". O constante contato com a frota do cerco, constatando a verdadeira dimensão e os impactos reais, não só económicos, mas também sociais, de tudo o que envolve as proibições de capturas aplicadas à sardinha e ao biqueirão durante grande parte do ano, marcaram também 2019.

#### **Encontro do Dia Nacional do Mar**

A realização do Encontro Nacional "Desafiar o futuro das pescas" em Sesimbra, em parceria com a Câmara Municipal e com a colaboração da Docapesca, assinalou o Dia Nacional do Mar. Com as sinergias criadas com a autarquia, juntaram-se organizações dos vários subsectores da pesca e entidades nacionais com responsabilidades nas mais diversas áreas de

intervenção. Abordando temas como as pessoas, as suas condições de trabalho e segurança; o estado da arte dos vários subsectores de pesca – local/polivalente, cerco e arrasto; e finalmente o estado dos recursos, das infraestruturas e as boas práticas de valorização da produção.

Os vários representantes do setor, para além das intervenções do público, demonstraram, de forma inequívoca, o seu descontentamento com a realidade que a pesca atualmente atravessa e, desde logo, com as questões da limitação do acesso aos recursos, como nos casos da sardinha e do biqueirão, mas também relativamente às matérias de ordem laboral, à escassez de mão de obra, à formação profissional, ao estado dos portos e barras, e, ainda com a evolução positiva que se tem feito sentir, a discrepância entre os preços de primeira venda de pescado e os preços praticados ao consumidor.

O resultado foi um dia intensivo de reflexão e discussão sobre os problemas e desafios que se colocam ao setor para que o futuro das pescas nacionais garanta a sua sustentabilidade ambiental, social e económica.

A presença do novo Ministro do Mar no evento, foi o reconhecimento público, dos órgãos de soberania, da importância e oportunidade da iniciativa que juntou mais de 200 pessoas.

### **Jornadas**

As Jornadas anuais do Grupo realizaram-se em Sesimbra, envolvendo a participação da generalidade dos trabalhadores, tendo como objetivo fazer o balanço da atividade, bem como perspetivar o futuro.

As linhas estratégicas para o Plano Plurianual tiveram aí o habitual espaço de discussão que envolveu também a Administração da cooperativa. Para além dos objetivos de discussão e reflexão, as Jornadas constituem anualmente um espaço de convívio entre trabalhadores e dirigentes.

### **2.6. Área de Sistemas de Informação**

De acordo com a planificação estabelecida, implementaram-se novos procedimentos e alteraram-se processos no âmbito das obrigações impostas pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Proseguiu-se o desenvolvimento do projeto de renovação e reforço dos sistemas de segurança do “Datacenter”.

Implantou-se e configurou-se um novo sistema de Gestão de Ativos.

Acompanhou-se o projeto de substituição da Central Telefónica.

Preparou-se o processo de implementação de novas infraestruturas de rede e comunicações de dados em balcões da rede Mútua.

Procedeu-se ao desenho do projeto de melhoria e renovação dos sistemas de *hardware* e Sistemas Operativos dos postos de trabalho.

Proseguiu-se a configuração do produto Multipesca no eGis.

Acompanhou-se a implementação do SAFT (ficheiro que reúne a informação contabilística e fiscal) e e-Fatura.

Configurou-se e implementou-se a nova modalidade do produto Multiriscos Habitação.

Procedeu-se à integração automática de Folhas de Férias de Acidentes de Trabalho no GiS.

## **3. A Atividade da Mútua em 2019**

### **3.1. Síntese da atividade**

Na atividade corrente destaca-se o forte crescimento no valor dos prémios, em todos os ramos, com maior relevância em Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em termos de custos com sinistros registou-se um agravamento de 20,4% após resseguro. No direto verifica-se um agravamento de 24,2% que advém, principalmente, dos ramos de Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho destaca-se a alteração da taxa de juro técnica e encargos de gestão nas provisões matemáticas das pensões não remíveis, relativas a sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2016, para 2% em ambos os parâmetros, mantendo a tábua de Mortalidade TV 73-77.

Os acontecimentos “Furacão Lorenzo” nos Açores e “Depressão Elsa” no continente, ambos ocorridos em 2019, tiveram impacto nos ramos de Marítimo e Multiriscos.

No decorrer do ano de 2019 registaram-se, lamentavelmente, quatro acidentes mortais sendo dois na atividade da Pesca e dois na atividade de Recreio e Marítimo-Turística.

No ramo Marítimo destacam-se três importantes sinistros, dois com embarcações de Pesca e outro com uma embarcação de Recreio.

Nas Despesas Gerais verificou-se um acréscimo de 6,5% em relação a 2018.

Considera-se ainda importante realçar que o resultado do Exercício antes de Impostos é positivo em 758.326€. Após im-

postos o valor é positivo em 525.434€. Esta diferença é explicada por impostos correntes de 159.880€ e impostos diferidos de 73.012€.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados, respeita à redução do imposto diferido ativo proveniente do decréscimo do valor dos títulos em Imparidade e do aumento do imposto diferido passivo proveniente do acréscimo da Reserva de Reavaliação dos imóveis de Uso Próprio e de Rendimento.

### 3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 3 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2019	2018	Varição (%)
Acidentes de Trabalho	5 950 420	4 909 871	21,19%
Acidentes Pessoais	1 166 176	1 110 000	5,06%
Incêndio e Elementos da Natureza	979	954	2,70%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	272 273	264 763	2,84%
Marítimo	3 275 027	2 819 392	16,16%
<b>TOTAL</b>	<b>10 664 875</b>	<b>9 104 980</b>	<b>17,13%</b>

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 10.664.875€, o que representou um crescimento de 17,13% em relação a 2018. Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, destacando-se os Acidentes de Trabalho com um crescimento de 21,19% seguido de Marítimo com 16,16%.

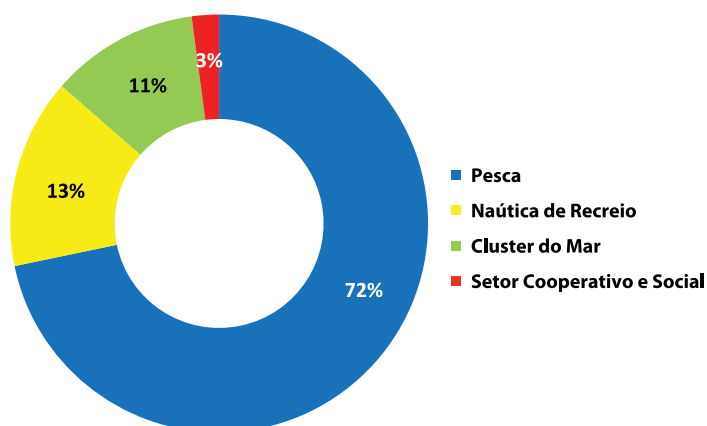
Tanto no ramo de Acidentes de Trabalho como no ramo Marítimo o acréscimo foi sentido, fortemente, na atividade da Pesca em 21,74% e 22,15% respetivamente. Este crescimento derivou da captação de novos segurados e das atualizações salariais. Em Acidentes de Trabalho as “Outras atividades” registaram um acréscimo de 18,37%.

Nos Acidentes Pessoais o acréscimo adveio também da atividade da Pesca, em 8,87%, logo seguida da Náutica de Recreio com 7,35%. As “Outras atividades” registaram um decréscimo (-2,63%).

No Ramo Marítimo o acréscimo derivou, para além da Pesca, da Náutica de Recreio/ Marítimo-Turística em 5,85%.

#### Estrutura da Carteira de Prémios

Gráfico 1 – Produção de 2019 por Vetor Estratégico

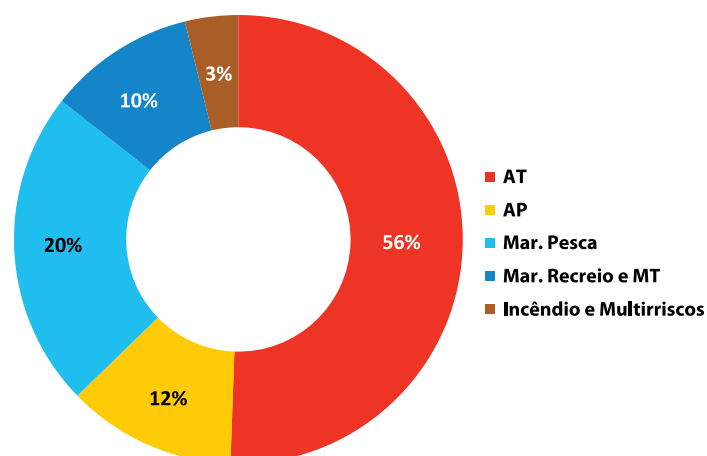


Verificou-se um acréscimo do setor da Pesca relativamente ao ano 2018, consolidando-se como a grande área de especialização da Mútua. Registou-se um ligeiro decréscimo na Náutica de Recreio e no *Cluster* do Mar e manteve-se o peso do setor Cooperativo e Social.

### Estrutura da Carteira de Prémios por Ramos

A carteira em 31 de Dezembro de 2019 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

**Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios**



Os prémios cresceram muito acima do orçamentado.

A recomposição da carteira de prémios não foi alcançada, existindo mesmo um acréscimo do peso dos AT na carteira global da Mútua.

### 3.3. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2019 registou-se um acréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2018, de 70,4% para 74,6%.

Esse acréscimo verificou-se em Acidentes de Trabalho, Multirriscos e Marítimo.

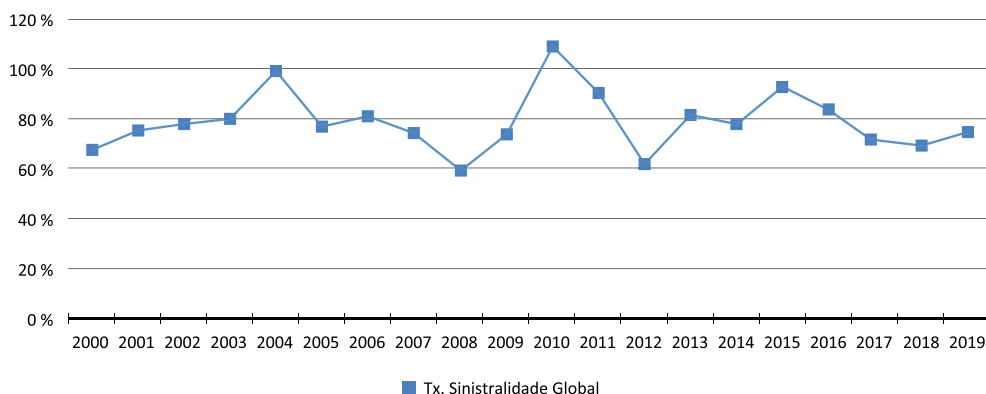
Destacam-se quatro acidentes mortais, dois na atividade da Pesca, que abrangeram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, e dois na atividade de Recreio e Marítimo-Turística, com impacto no ramo de Acidentes Pessoais.

Em Marítimo destacam-se três importantes sinistros, dois com embarcações de pesca e outro com uma embarcação de Recreio, que atingiram o valor global de cerca de 661.000€.

Os acontecimentos "Furacão Lorenzo" e "Depressão Elsa" causaram a abertura de 24 processos de sinistro, em Multirriscos e Marítimo, com uma estimativa de custo que ascende a 297.306€.

QUADRO 4 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS		
Ramos	2019	2018
Acidentes de Trabalho	80,6%	77,9%
Acidentes Pessoais	39,5%	41,0%
Incêndio e Elementos da Natureza	-221,4%	2092,1%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	70,2%	64,4%
Marítimo	76,6%	68,8%
<b>TOTAL</b>	<b>74,6%</b>	<b>70,4%</b>

*Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.*

**Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global**

### Os Custos com Sinistros

O valor total dos custos com sinistros ascendeu, em 2019, a 5.769.848€ o que revela um acréscimo de 20,4% em relação a 2018. Sem a componente de resseguro, o valor de 2019, ascenderia a 7.959.206€ o que revela um acréscimo de cerca de 24,2% em relação a 2018.

O acréscimo advém, principalmente, dos ramos de Acidentes de Trabalho e Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho destaca-se a alteração da taxa de juro técnica e encargos de gestão nas provisões matemáticas das pensões não remíveis, relativas a sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2016, bem como os acontecimentos “Furacão Lorenzo” nos Açores e “Depressão Elsa” no continente, com impacto nos ramos de Marítimo e Multirriscos.

(valores em euros)

	QUADRO 5 - CUSTOS COM SINISTROS											
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
MONT. PAGOS	3 529 474	2 938 949	264 597	146 313	17 509	274	123 366	84 046	1 799 154	1 805 621	5 734 100	4 975 203
VAR. PROV. SIN.	656 209	307 319	-118 706	84 221	-19 678	19 678	-4 229	26 883	554 652	-13 539	1 068 248	424 562
RESSEGURO	-213 882	-121 431	-32 643	20 732	1 951	-17 957	-105 989	-95 541	-1 838 796	-1 402 220	-2 189 359	-1 616 417
IMP. CUSTOS	613 197	577 170	315 295	224 818	0	0	72 101	59 484	156 266	146 698	1 156 858	1 008 170
<b>TOTAL</b>	<b>4 584 997</b>	<b>3 702 007</b>	<b>428 543</b>	<b>476 084</b>	<b>-217</b>	<b>1 995</b>	<b>85 249</b>	<b>74 872</b>	<b>671 276</b>	<b>536 560</b>	<b>5 769 848</b>	<b>4 791 519</b>

### 3.4. O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores. Em 2019 não se registaram alterações na estrutura dos contratos de resseguro.

(valores em euros)

QUADRO 6 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2019-2018		
	2019	2018
Prémios de Resseguro Cedido	-3 440 551	-3 149 226
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	40 216	39 515
Comissões de Resseguro Cedido	833 097	785 020
Montantes Pagos	1 589 822	1 652 445
Var. da Provisão Sinistros	599 536	-36 028
Juros s/Reservas	-3 128	-3 258
<b>Saldo</b>	<b>-381 007</b>	<b>-711 533</b>

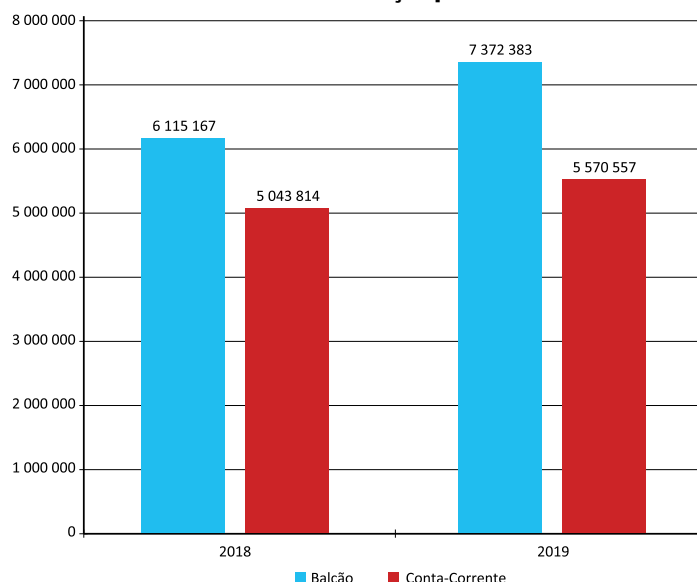
### 3.5. Cobranças

O ano 2019 registou um comportamento bastante positivo nas cobranças no seu global.

Cobram-se 11.673.499€ de Prémios Totais, Líquidos de estornos e anulações, o que representou um acréscimo de 16,9% em relação a 2018.

Procedendo à análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) verifica-se um acréscimo de cobrança nos balcões de 20,6% e no canal Conta Corrente de 10,4%.

**Gráfico 4 – Cobranças por canal**



No Movimento de Lotas registou-se um acréscimo global, em todas as zonas, em relação a 2018, de 10,3%.

A zona que apresentou o crescimento mais significativo foi a zona do Algarve com 32,1%, seguida da zona Centro com 11,6%.

### 3.6. Custos por Natureza

O Quadro 7 mostra a repartição dos Custos por Natureza pelas principais rubricas e a sua comparação com o ano anterior.

*(valores em euros)*

<b>QUADRO 7 - CUSTOS POR NATUREZA</b>			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Variação (%)</b>
Orgãos Sociais	139 218	132 443	5,1%
Gastos com Pessoal	1 452 111	1 412 530	2,8%
Fornecimento e Serviços Externos	1 130 975	1 052 471	7,5%
Impostos e Taxas	171 496	112 049	53,1%
Depreciações e Amortizações do Exercício	119 918	123 582	-3,0%
Juros Suportados	3 128	3 258	-4,0%
Comissões	42 266	35 838	17,9%
<b>Total</b>	<b>3 059 112</b>	<b>2 872 171</b>	<b>6,5%</b>
<b>Prémios do Seguro Directo</b>	<b>10 664 875</b>	<b>9 104 980</b>	<b>17,1%</b>
Rácio	26,9%	29,6%	

*Custos p/nat-enc.Cobrança/PBE*

Em 2019 verificou-se um acréscimo nas Despesas Gerais de 6,5% em relação a 2018.

Destacam-se as rubricas “Gastos com Pessoal”, que reflete a política salarial seguida pela Mútua para o ano 2019 e a movimentação ocorrida durante o ano, nomeadamente com a entrada de novos quadros e a rubrica “Fornecimento e Serviços Externos” que reflete o acréscimo nos gastos com a manutenção dos imóveis, equipamento informático, comunicações e trabalho independente.

Em 2020 manter-se-á a política de controlo de custos.

### 3.7 Investimentos

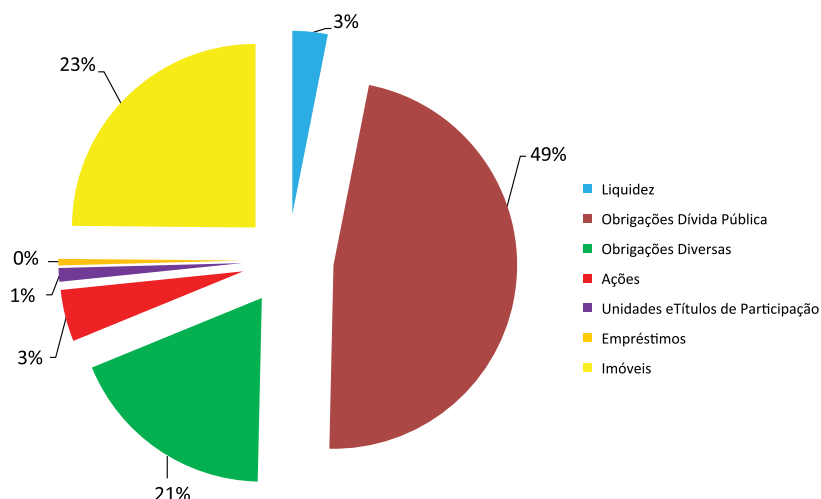
No decurso de 2019 as condições dos mercados financeiros mantiveram-se, sem grande volatilidade e com taxas de juro em níveis muito baixos.

A Mútua manteve a sua política de investimentos e uma estratégia conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento fixo (Obrigações de Dívida Pública e *Corporate*).

A carteira de ativos financeiros de 36.502.425€ é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e *Corporate*), que representam cerca de 70% do valor global, e por Imóveis que representam 23%.

Mantém-se uma atenção particular à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 3% do valor total.

**Gráfico 5 - Estrutura de Ativos Financeiros**



Neste enquadramento, destacam-se:

#### a) Rendimentos

Verificou-se um acréscimo nos rendimentos em cerca de 3,7%.

Este acréscimo advém dos rendimentos dos “Terrenos e Edifícios” que refletem, por sua vez, um melhor desempenho nos imóveis de rendimento.

(valores em euros)

QUADRO 8 - RENDIMENTOS FINANCEIROS			
	2019	2018	Varição (%)
Terrenos e Edifícios	242.297	206.341	17,4%
Empréstimos Concedidos/Outros	3.421	1.767	93,6%
Ações, Obrigações, Tít. e Unid. de Participação	582.416	590.848	-1,4%
<b>Rendimentos</b>	<b>828.134</b>	<b>798.955</b>	<b>3,7%</b>

## b) Mais e Menos Valias Realizadas e não Realizadas Reconhecimento de Imparidade

Não houve alterações na política contabilística em relação ao ano anterior.

Foram registadas em Ganhos e Perdas as imparidades reconhecidas nos ativos. Esse reconhecimento foi efetuado, de acordo com a IAS 39, quando se verifica “um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor” e/ou se existir “prova objetiva de imparidade”.

Os critérios seguidos pela Mútua são descritos em pormenor nas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas. Registaram-se 6.693€ como Perdas por Imparidade relativamente a Ações.

(valores em euros)

<b>QUADRO 9 - MAIS E MENOS VALIAS - GANHOS E PERDAS - ANO 2019</b>			
	<b>Títulos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
Mais e Menos Valias Realizadas	88 000	0	88 000
Mais e Menos Valias Não Realizadas	0	25 000	25 000
Imparidades	-6 693	0	-6 693
<b>Total</b>	<b>81 307</b>	<b>25 000</b>	<b>106 307</b>

(valores em euros)

<b>QUADRO 10 - MAIS E MENOS VALIAS - RESERVA REAVALIAÇÃO - ANO 2019</b>			
	<b>Títulos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
Mais e Menos Valias Não Realizadas	1 768 655	98 094	1 866 750
<b>Total</b>	<b>1 768 655</b>	<b>98 094</b>	<b>1 866 750</b>

## c) Investimentos

O quadro 11 mostra a carteira global da Mútua valorizada em 31 de dezembro dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

(valores em euros)

<b>QUADRO 11 - INVESTIMENTOS</b>			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Varição</b>
Terrenos e Edifícios	8 355 260	8 268 260	87 000
Empresas Grupo e Associadas	689 204	689 204	0
Ações e Outros Rend. Variável	639 576	784 421	-144 845
Obrigações e Outros Rend. Fixo	25 519 214	20 740 436	4 778 778
Empréstimos Hipotecários	149 000	152 686	-3 686
Depósitos a Prazo	1 150 171	1 500 111	-349 940
Outros	0	0	0
<b>Total</b>	<b>36 502 425</b>	<b>32 135 118</b>	<b>4 367 307</b>

A carteira de Investimentos apresentava a 31 de dezembro de 2019 o valor de 36.502.425€ (ver Inventário das Participações e Instrumentos Financeiros).

A composição da carteira está de acordo com a “Política de Investimentos” definida com critérios de prudência na seleção dos ativos.

As diferenças encontradas traduzem as alterações na sua composição e respetivas valorizações.

Não houve aquisição de Imóveis. O acréscimo registado reflete, entre outros, as avaliações efetuadas em 2019.

O investimento foi centrado em Obrigações “Corporate” bem como em Obrigações de Dívida Pública Estrangeira de médio e longo prazo.

Nas ações o decréscimo reflete, entre outros, a “call” exercida pelo Banesto sobre as suas ações preferenciais.

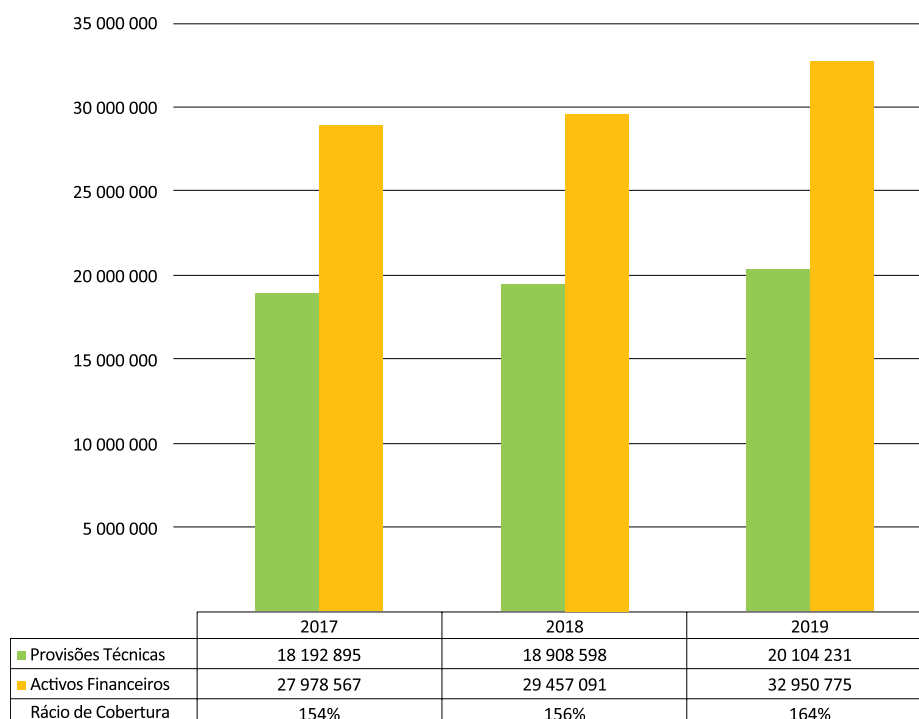
Em 2019, todas as obrigações estão classificadas como “Disponíveis para Venda”.

### 3.8. Garantias Financeiras

#### 3.8.1. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas, incluindo os custos de aquisição diferidos, atingiram o montante de 20.104.231€ a 31 de dezembro de 2019 e os Ativos Representativos apresentaram o valor de 32.950.775€, pelo que o grau de Cobertura das Provisões Técnicas foi de 164%.

**Gráfico 6 - Margem de Cobertura das Provisões Técnicas**



#### 3.8.2 Capital Próprio e Margem de Solvência

O Capital Próprio aumentou 18,8% para um valor total de 12.984.616€ devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento do Capital Social, por deliberação da Assembleia Geral de 24 de março de 2019, resultante da Incorporação de Reservas Livres no montante de 1.000.000€, bem como do acréscimo do Fundo Mutualista que ascende a 130.846€ a 31 de dezembro de 2019;
- Acréscimo nas Reservas de Reavaliação resultante dos ajustamentos positivos e negativos de justo valor dos ativos (Títulos e Imóveis);
- Aumento na Reserva por impostos diferidos resultante do aumento dos passivos por impostos diferidos relativos à reserva de reavaliação de títulos e de imóveis de uso próprio;
- Aumento nas Outras Reservas decorrente, essencialmente, da incorporação do resultado de 2018 relativo a negócios com Terceiros;
- Decréscimo nos Resultados Transitados explicado pela transferência do montante de 1.000.000€ para Reservas Livres (para incorporação em Capital Social) e pela aplicação dos resultados do exercício anterior;
- Resultado do próprio exercício 525.434€.

QUADRO 12 - CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL PRÓPRIO	2019	2018	Varição (%)
Capital Social	6 130 846	5 096 901	20,3%
Reservas de reavaliação	3 850 692	1 983 942	94,1%
Reserva por impostos diferidos	-928 792	-516 560	79,8%
Outras Reservas	2 416 503	1 908 166	26,6%
Resultados Transitados	989 933	1 802 684	-45,1%
Resultado Líquido	525 434	658 447	-20,2%
<b>Total</b>	<b>12 984 616</b>	<b>10 933 580</b>	<b>18,8%</b>

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à Margem de Solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

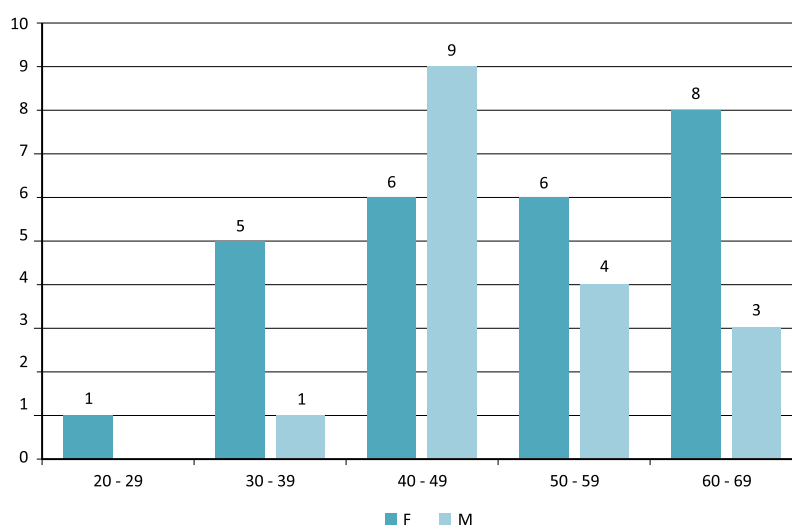
### 3.9. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2019, verificou-se um aumento no número de trabalhadores de 40 para 43, incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (Continente e Regiões Autónomas), acompanhando a presença da Mútua nas diversas comunidades ribeirinhas.

Em 2019 a distribuição entre elementos do sexo feminino e masculino é de 60% feminino e 40% masculino.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 18 anos.

**Gráfico 7 – Escalões etários**



#### 3.9.1. Formação

Relativamente à formação interna, organizaram-se duas ações do Curso de Cooperativismo e Seguros, nível base, para acolher 4 novos trabalhadores. Organizaram-se também as primeiras ações subordinadas ao tema “Novos enquadramentos legais e ferramentas de trabalho”, sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados (contando aqui com formador externo) e a nova Participação Eletrónica de Acidentes de Trabalho. Esta formação envolveu 75 trabalhadores do Grupo Mútua. Organizaram-se ainda para os associados operadores de empresas de Marítimo-Turística nove ações de formação subordinadas ao tema “Sensibilização para a segurança – uma abordagem ao controlo de multidões”, em Peniche, Nazaré, Olhão e Portimão, envolvendo 81 formandos.

A formação no exterior envolveu 11 trabalhadores que frequentaram 18 ações: 4 ações na área dos recursos humanos; 2 na área de gestão de sinistros; 1 de técnica de seguros; 4 na área da contabilidade e 7 na área financeira e atuariado.

A Mútua proporcionou ainda duas ações de formação nas áreas do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados e Jurisprudência em Acidentes de Trabalho, a colaboradores externos.

### 3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso de 2019 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- Elaboração do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) relativo ao ano de 2018, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 290.º e 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com a estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua está obrigada;
- Elaboração e envio à ASF do Recálculo da dedução transitória nos termos do Regime transitório aplicável às Provisões Técnicas (n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro);
- Participação, no âmbito das comissões técnicas da Associação Portuguesa de Seguradores, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II, nomeadamente com a participação no âmbito da Comissão Técnica de “Economia e Finanças” nos Grupos de Trabalho “Assuntos Financeiros e Fiscais”, “Investimentos”, “Gestão de Riscos e Atuariado” e “Estatísticas e Indicadores de Gestão”;
- Desenvolvimento de ferramentas, ao nível das Tecnologias de Informação, para maior controlo do risco de sinistro em AT, nomeadamente com a introdução de novo *software* para a avaliação das responsabilidades de natureza “Vida” em AT;
- Início da Implementação de um Sistema para a Gestão de Ativos;
- Revisão e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do plano de implementação de Solvência II, nomeadamente a Política de Provisionamento, as atualizações da Política de Autoavaliação Prospetiva do Risco e da Solvência e Política Antifraude.
- No âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados, revisão da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Revisão da Política de Remuneração e atualização do Código de Conduta;
- Elaboração do relatório, no âmbito da gestão de riscos, sobre o branqueamento de capitais e Política Antifraude;
- Reporte ORSA (Avaliação Própria do Risco e Solvência) individual;
- Introdução de testes de esforço inverso com o objetivo de identificar cenários adversos que comprometam a viabilidade da seguradora;
- Avaliação dos indicadores de “performance” (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) já definidos e desenvolvimento de novos indicadores de risco com métrica de rentabilidade económica e baseado no risco;
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2020-2022).

### 3.11. A Cooperativa

O Presidente do Conselho de Administração da Mútua assume um lugar no Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

A Presidência da Mesa da Assembleia Geral e a Vice-presidência da Direção da CONFECOOP são ocupadas por dois membros do Conselho de Administração da Mútua e, nesta condição, assume-se o papel de vogal no Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), de membro da Direção do Centro de Estudos de Economia Pública e Social (CIRIEC-Portugal) e de membro suplente no Conselho Económico e Social (CES).

Um membro do Conselho de Administração da Mútua ocupa a Presidência da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Desenvolvimento de Peniche (ADEPE).

A Mútua dos Pescadores preside à Direção da Associação Comercial, Industrial e de Serviços da Nazaré, onde está representada por um membro do Conselho de Administração.

A Diretora Geral participa no Órgão de Administração da Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE) e o Diretor Geral Adjunto assume a Presidência da Direção da Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA).

A Mútua é ainda filiada na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), na Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE), na Associação Internacional de Cooperativas e Mútuas de Seguros (ICMIF) e na Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA).

### 3.11.1. Segurança Marítima

Destaca-se a realização de duas edições do curso “Sensibilização para a segurança – uma abordagem ao controlo de multitudes”, dirigida aos operadores das embarcações de Marítimo-Turística e suas tripulações, em colaboração com os Bombeiros locais e For-mar. Realizaram-se no total 9 ações, abrangendo 81 profissionais de embarcações, ligados à atividade de mergulho, entre outras. O curso foi acompanhado pela edição e produção de um Manual de Formação e outros materiais complementares sobre o controlo de multitudes, prevenção e combate a incêndios, comunicações e sobrevivência.

A segurança marítima continuou a ser o tópico central da intervenção da Mútua nos mais diversos fóruns e também, nos meios de disseminação internos.

Neste campo privilegia-se também a presença da Mútua na Comissão Permanente para a Segurança dos Homens do Mar, coordenada pela Autoridade Marítima Nacional.

### 3.11.2. Projetos

Destaca-se a integração da Mútua na parceria do Projeto “Blue Circular Postbranding Project” – Projeto de I&D em Espaço Marítimo da Universidade Europeia e Universidade da Beira Interior, com financiamento da A2S – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e da Comissão de Gestão do MAR2020, que visa transformar o lixo marinho recolhido no mar em peças utilitárias ou de “design”, contribuindo para a redução dos desperdícios e uma maior consciência ambiental.

Destaca-se ainda a participação da Mútua no IX Encontro da Rede Braspor, rede que visa fomentar a cooperação entre investigadores que se dedicam ao estudo dos sistemas costeiros.

A Mútua foi também convidada a integrar a candidatura ao projeto promovido pela UMAR-Açores, Arte das Mulheres da Pesca, com financiamento EEA Grants 2014-2021, de “mapeamento, valorização, capacitação e inclusão participativa das Mulheres da Fileira da Pesca dos Açores”, cujos resultados só serão conhecidos em 2020.

Nesta área refira-se também a atenção dada às linhas de apoio, nomeadamente na esteira do Mar2020, para promover projetos nas áreas da formação para a segurança.

### 3.11.3. Parcerias, Intercooperação e Associativismo

Mantém-se ativa participação nas dez estruturas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC Costeiros). Mantém-se também a participação no Conselho Consultivo do Sul, organismo de consulta da Comissão Europeia, para as pescas, e seus grupos de trabalho, e no Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas.

Continua-se a apoiar o projeto de Vila Chã/Vila do Conde, Mar de experiências.

Mantém-se a ativa participação nas iniciativas da Associação Economia Azul, e através desta, a Mútua associou-se à 1.ª edição da “Figueirasea – Sustainable Expo Alliance 2019”, promovida pela autarquia da Figueira da Foz e pela Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz.

Participou-se, a convite do Jornal Economia do Mar, em mais uma edição da Conferência Mar em Português, desta vez com uma intervenção sobre a atividade piscatória, tema que pela primeira vez foi integrado no programa.

Importa salientar a participação e intervenção institucional no 59.º aniversário da DOCAPECA, bem como a presença na Conferência Internacional “Ocean Governance in Archipelagic Regions”, que decorreu no Faial, Açores.

Apoiou-se a reedição da Feira da Festa das Chagas, em Sesimbra, da Feira do Mar em Sines, da Feira Sabores do Mar, em Peniche, e na Semana do Mar em Setúbal, promovidas pelas autarquias locais. Mantém o apoio às tradicionais Festas de Tróia e à Corrida da Liberdade, da Freguesia de São Sebastião. Apoiou-se a prova Triatletas do Clube dos Amigos de Peniche e as XI Jornadas Náuticas do Clube Naval de Peniche. Apoiou-se a iniciativa Dia Escolar do Mar, promovida pelo Agrupamento de Escolas da Nazaré e Associação Nazaré Marés de Maio, bem como as iniciativas “O Poeta do Mês” e a “1ª Edição dos Encontros Literários da Biblioteca da Nazaré – Coletividade Popular.

A Mútua foi também a seguradora das atividades de tempos livres promovidas pela Direção de Apoio Social da Marinha, dos voluntários da Brigada de Mar, das Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem e da Festa da Berlenga. Continua-se a apoiar o Cruzeiro Religioso do Tejo promovido pela Confraria do Tejo e diversas iniciativas da Marinha do Tejo, bem como o Clube Náutico da Figueira da Foz, o Clube Naval de Ponta Delgada, o Clube Açoreano de Pesca Desportiva e a Associação David Melgueiro, que se dedica às atividades de sensibilização para os problemas ambientais.

Participou-se na Feira do Dia Europeu do Mar enquadrada nas comemorações oficiais da Comissão Europeia.

### 3.11.4. Setor Cooperativo e Social

A Mútua continua a acompanhar as atividades da Confecoop – Confederação Cooperativa Portuguesa, destacando-se este

ano a participação nas comemorações do Dia Internacional das Cooperativas. Destaca-se ainda o apoio ao Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado em Lisboa, e o tradicional apoio à Campanha de solidariedade Pirilampo Mágico, promovida pela Fenacerci – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social.

A Direção da Mútua deliberou ainda prestar apoio às populações de Moçambique devastadas pela passagem do ciclone Idai, entregando uma verba ao Fundo de Emergência da Cruz Vermelha Portuguesa para a Operação Embondeiro por Moçambique, uma prática levada a cabo pelos membros da OCPLP - Organização Cooperativa de Países de Língua Portuguesa.

### **3.11.5. Acompanhamento Social**

Na área do acompanhamento social a sinistrados graves, destaca-se o processo iniciado em 2018, a continuação do apoio a um pensionista com elevada incapacidade (acidente de 2007), e o apoio aos beneficiários no âmbito de acidente de 2018, nos Açores, que resultou de naufrágio. Outros casos pontuais de apoio foram prestados, sobretudo no âmbito de acompanhamento a sinistrados que têm necessidades de se deslocar em tratamentos para fora da sua área de residência.

### **3.11.6. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários**

Foram tratados pelo Sistema de Audição (SA), cinco processos de reclamação: três processos de Náutica de Recreio (dois relacionados com a regularização de sinistros e um com o agravamento do prémio); um processo de Animação turística, relacionado com o estorno do prémio de seguro; e um processo de Acidentes de Trabalho, relacionado com o pagamento de despesas de deslocação no âmbito de um sinistro.

Três processos tiveram resposta favorável. Um dos processos indeferidos foi já encerrado na 2.ª instância, pela Provedora do Utente, que manteve o parecer do Sistema de Audição. De destacar que dois destes processos originaram duas recomendações no sentido de melhorar os serviços.

Um destes processos foi apresentado através do Livro de Reclamações, outro foi apresentado através do Portal da ASF, e os restantes através dos canais internos do Sistema de Audição.

### **3.11.7. Informação e Comunicação**

Editou-se a Revista Marés em julho destacando a reflexão sobre as Pescas nacionais.

Destaca-se a passagem de testemunho no editorial da Revista, que passou a ser assinado pelo Vice-presidente da Mútua. A Marés 83 assinala ainda o regresso da rubrica “Estaleiros navais”, que pretende promover esta importante indústria nacional. O site e o Facebook institucionais continuaram a divulgar as iniciativas mais relevantes da Mútua e parceiros, algumas aprofundadas na Marés.

Publicaram-se 10 artigos em revistas e outros órgãos, ligados à atividade da Mútua: um artigo sobre Segurança para um parceiro institucional e outro sobre o mesmo tema para uma revista da especialidade, dois artigos para uma Revista de Turismo, com enfoque para a oferta de seguros para o turismo e outras atividades náuticas; dois artigos num jornal regional; três artigos em suplementos de jornais nacionais sobre a organização e atividade; e um artigo num dossier especial sobre seguros dum jornal nacional.

### **3.11.8. Ações de Marketing e Publicidade**

Destaca-se a participação da Mútua na tradicional Feira de dimensão nacional vocacionada para a náutica de recreio e desportos náuticos e atividades ao ar livre – NAUTICAMPO. Uma participação que a Mútua mantém desde 2004.

Publicaram-se anúncios a acompanhar os artigos produzidos, para além de inserções publicitárias em mais nove órgãos de comunicação social regional e de âmbito nacional, dedicadas às atividades marítimas e economia social, e uma digital. Destaque ainda para a inserção de “spot” publicitário numa rádio local.

A Mútua apoiou ainda uma edição especial da Ode Marítima, que assinalou as celebrações do V Centenário da primeira Circum-Navegação ao globo.

No último trimestre no ano, a habitual produção e distribuição dos materiais ocupou parte desta atividade, a saber, a conceção e produção dos calendários e agendas para 2020, e também a produção das tradicionais Tabelas de Marés 2020 para todas as Zonas Mútua.

### 3.11.9. Coro Grupo Mútua

A atividade do Coro ficou marcada pela gravação do seu primeiro CD que a Mútua apoiou e acarinhou. O Coro marcou presença nas iniciativas da Mútua, destacando-se a sua participação na abertura do Encontro Nacional “Desafiar o Futuro das Pescas”, em Sesimbra. Esteve também na Nauticampo, na iniciativa “Nazaré – Marés de Maio” e destaca-se ainda a participação no “Festival Giacometti” organizado pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Associou-se a uma homenagem ao cantautor José Afonso, no Seixal, assinalando o 90.º aniversário do seu nascimento, e no final do ano o Coro fez uma atuação especial no lar Casa Nossa Senhora da Vitória, em Lisboa, prestando homenagem à antiga trabalhadora Hilda Barreto, com 101 anos de idade.

### 4. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

A Política de Remuneração da Mútua dos Pescadores aprovada pela Assembleia Geral, de 24 de março de 2019, veio atualizar a anterior Política, que vigorava desde 2017, eliminando as referências ao Contrato Coletivo de Trabalho e substituindo-as pela referência ao Acordo de Empresa celebrado entre a Mútua dos Pescadores e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 18 de 15 de maio de 2018.

Conforme o estipulado no referido Acordo de Empresa, a tabela salarial e demais cláusulas de expressão pecuniária serão atualizados no decurso de 2020.

Na mesma Assembleia Geral, a Comissão de Avaliação e Vencimentos, nos termos estatutários, emitiu a Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Mútua dos Pescadores.

A política aprovada prevê, nomeadamente:

- As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exercem funções executivas, quer àqueles que não exercem funções executivas;
- Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários;
- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e a experiência em gestão, seguros e setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e as correlativas responsabilidades, bem como o tempo de ocupação que tais funções exigem;
- A Política de Remuneração define que a remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não pode ser superior a três vezes a remuneração média dos trabalhadores efetivos da Mútua dos Pescadores;
- Os membros do Conselho de Administração não executivos não auferem, em regra, qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo reembolsados de despesas, de acordo com as normas internas, quando participam em reuniões ou noutros trabalhos da cooperativa;
- Excecionalmente, quando as obrigações previstas com a participação em reuniões e trabalho executivo o justifiquem, poderá ser deliberada a atribuição de uma remuneração mensal fixa adequada;
- A execução da política de remuneração é submetida a uma avaliação interna independente, com periodicidade anual, a exercer pela função-chave de Auditoria Interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos, conforme as recomendações contidas na Circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre política de remuneração;
- Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro, a Comissão de Avaliação e Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização.

#### 4.1. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave:

As remunerações dos diretores de topo, incluindo Diretora Geral, são fixas e são definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta da Diretora Geral, de acordo com as tabelas salariais e o Acordo de Empresa celebrado entre a Mútua dos Pescadores e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 18 de 15 de maio de 2018, também aplicáveis aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

As remunerações dos responsáveis por funções-chave e pessoas que exercem funções chave, são igualmente fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, nos termos acima descritos.

O exercício de funções-chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, cumpre o exposto no arti-

go 78.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que define o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e na Política de Subcontratação da Mútua dos Pescadores.

As remunerações são atribuídas, considerando o nível de qualificação e experiência profissionais demonstrados, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza cooperativa da organização e a sua capacidade económica e financeira.

#### **4.2. Política de remuneração dos demais trabalhadores:**

A definição das remunerações e da política de progressão das carreiras profissionais, compete ao Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, com base nas tabelas salariais e instrumentos de regulamentação coletiva em vigor.

Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e contribui para a identificação e desenvolvimento de necessidades de formação e para o alinhamento com os objetivos da cooperativa.

### **5. Outras Informações**

O Conselho de Administração reúne com periodicidade mensal, exercendo as competências que se encontram estabelecidas nos Estatutos e legislação em vigor, acompanha a gestão corrente, delibera sobre os assuntos mais importantes, aprova e acompanha a implementação das políticas internas e define as orientações estratégicas. As reuniões ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais. O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O Comité de Quadros é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços, ou altamente qualificados, na definição das medidas e ações a empreender e no seu acompanhamento, tendo como objetivo facilitar o alinhamento geral necessário. Reúne trimestralmente e procede à avaliação dos resultados das medidas e ações, perspetivando o trabalho futuro. Ao Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno compete promover e implementar as políticas internas, os procedimentos e controlos adequados à significância dos riscos, sua mitigação e controlo, ao reforço da confiança nos procedimentos operacionais da empresa, de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas.

O Comité Comercial é o órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver. Reúne trimestralmente e acompanha a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

### **6. Aplicação de Resultados**

O saldo positivo de 525.434€ advém de operações com cooperadores e com terceiros, não cooperadores.

A distribuição do Resultado após impostos por ambos os grupos é feita pelo apuramento do peso de cada um nos Prémios Brutos Emitidos.

Serviços com Terceiros – 266.541€.

Excedente Relevante (operações com cooperadores) – 258.893€.

A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados relativos ao excedente relevante é a seguinte:

i) Para Reservas Obrigatórias

Para a Reserva Legal: 20.3%, nos termos do art.º 54º 1-a) dos Estatutos, isto é 52.555€;

Para a Reserva para Educação e Formação Cooperativa e Mutualista: 2% correspondendo a 5.178€;

ii) Para o Fundo Mutualista:

2% dos excedentes anuais líquidos provenientes de operações com cooperadores, nos termos do art.º 54º 1-c) dos Estatutos, isto é 5.178€;

iii) Juros aos cooperadores que subscreveram pelo menos 100 títulos há pelo menos 6 meses, à taxa de 0,5%, arredondados por excesso, isto é 335€ nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º dos Estatutos;

iv) Para Resultados Transitados:

O remanescente entre as aplicações atrás referidas e o excedente relevante, isto é 195.647€;

O excedente não distribuível, proveniente de serviços com Terceiros, é igual a 266.541€ e destina-se a outras reservas.

## 7. Perspetivas para o triénio 2020-2022

Como principal orientação estratégica para os próximos anos, mantém-se o crescimento do volume de prémios, ambicionando-se a redistribuição do peso de cada ramo, como forma de atingir o objetivo de recomposição da carteira.

O aumento do resultado líquido e dos capitais próprios ao longo dos próximos anos, bem como a melhoria dos níveis de solvência da cooperativa, continuará a ser um objetivo para consolidar o crescimento sustentado.

O elevado nível de satisfação e fidelização dos tomadores de seguro representa uma responsabilidade que a Mútua assume, na convicção que esta resulta do profissionalismo, da dedicação e da proximidade garantida no trabalho do dia a dia. A Mútua dos Pescadores é fortemente condicionada pelos resultados económicos da Pesca, sendo que as limitações das políticas da União Europeia, com redução das quotas impostas à captura de importantes espécies, bem como a redução e envelhecimento acentuado da frota e dos trabalhadores especializados, continuarão a gerar limitações ao desenvolvimento desta atividade económica.

No entanto, prosseguir-se-á o objetivo da sua afirmação como seguradora do Mar, mantendo a liderança nos seguros da Pesca e consolidando a posição na Marítimo-Turística, continuando a crescer na Náutica de Recreio e noutras atividades do cluster do Mar.

Como empresa social e ambientalmente responsável, continuar-se-á a acompanhar os objetivos e projetos em torno da segurança das pessoas e das embarcações no Mar, bem como de todas as práticas que visem o equilíbrio entre uma exploração racional e a sustentabilidade das espécies.

Manter-se-á o processo, iniciado nos últimos anos, de renovação de quadros face à estrutura etária da Cooperativa, bem como à necessidade de responder com novas qualificações às permanentes exigências da atividade.

O reforço da dimensão cooperativa, com o aumento do número de cooperadores e da sua participação na vida da Mútua, contribuirá para o crescimento da organização e para a sua afirmação junto das comunidades às quais dedica o seu trabalho, garantindo a segurança de pessoas e bens.

A realidade económica em Portugal e na Europa sofreu profundas alterações entre o momento em que encerrámos o exercício de 2019 e o momento em que aprovamos o respetivo Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas.

De facto, a pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde e conhecida vulgarmente como COVID-19 mudou drasticamente as perspetivas com que a União Europeia, cada um dos países que a integram, e as respetivas empresas e cidadãos encaram hoje o mundo e a economia em particular.

O estado de emergência declarado em Portugal, no dia 19 de março, levou a uma paralisação da vida dos cidadãos e das empresas, tendo como consequência o aumento exponencial do índice de desemprego e a queda abrupta do PIB, mudando drasticamente os indicadores previstos para o ano de 2020 e, eventualmente, anos seguintes.

Neste contexto, também as previsões que fazemos para a atividade da Mútua carecem de revisão, particularmente, no que toca ao crescimento da produção e à efetivação das cobranças, ou mesmo do efeito provocado nos ativos financeiros das empresas, podendo condicionar, fortemente, o desenvolvimento de projetos estratégicos para os próximos anos. O Plano de Atividades e Orçamento para 2020-2022, aprovado em dezembro de 2019, revela, assim, uma visão que assentava numa perspetiva de crescimento, ainda que moderado, para a economia portuguesa que hoje não afirmariamos.

Confiamos, ainda assim, que a solidez que caracteriza a Cooperativa Mútua dos Pescadores nas suas dimensões económica e social permita ultrapassar os tempos difíceis, retomando a trajetória almejada de consolidação do crescimento.

## 8. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores congratula-se com os resultados muito positivos que foram alcançados no exercício de 2019 e que certamente muito ficam a dever às entidades e pessoas que passamos a agradecer. Às entidades de supervisão, ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, a atenção que sempre têm dado à atuação desta singular seguradora cooperativa portuguesa, que não obstante a sua pequena dimensão, cumpre desde a sua fundação, há mais de 77 anos, uma missão muito especializada e de elevado valor para a Pesca Profissional, que hoje se estende a muitas outras atividades do cluster do Mar em particular a Náutica de Recreio e a Marítimo-Turística, das Comunidades ribeirinhas e do setor Cooperativo e Social.

Aos nossos Resseguradores e Seguradoras com quem temos cosseguro, agradecemos a confiança que as relações que mantemos exigem.

A todas as entidades com quem mantemos relações de fins diversos, nomeadamente aos nossos prestadores de serviços, agradecemos a sua colaboração.

Aos Tomadores de Seguro, Segurados, Pessoas Seguras, Beneficiários e todos os Utentes e Cooperadores agradecemos a sua confiança, declarando que sempre faremos tudo o que está ao nosso alcance para lhes prestar o melhor serviço, pela especialização que assumimos e tratamento humanista que nos caracteriza.

Aos Trabalhadores do Grupo Mútua, Dirigentes e Responsáveis por Funções-chave, com destaque para os membros do Comité de Gestão coordenado pela Diretora Geral, Dra. Ana Vicente, agradecemos a dedicação e profissionalismo que diariamente colocam na sua atuação e que é determinante para o cumprimento da missão que nos compete e respeito pelos princípios e valores a que a Cooperativa de utentes de Seguros, Mútua dos Pescadores, está obrigada.

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral e de todos os Órgãos Sociais (Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e Conselhos Regionais), ao Revisor Oficial de Contas, ao Encarregado de Proteção de Dados e Provedora do Utente, agradecemos a sua disponibilidade e atuação independente, de que naturalmente este Conselho de Administração beneficia.

Lisboa, 16 de março de 2020

### **O Conselho de Administração**

José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente)  
João Paulo Quinzino Delgado (Vice-Presidente)  
Álvaro José Bota Guia  
Arsénio Marques Caetano  
Filipe Manuel Santos Dias Marques  
Jerónimo Gomes Viana  
José Luis Marques Cabrita

### **O Comité de Gestão**

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá – Diretora Geral  
Joaquim Manuel Simplicio Anacleto – Diretor Geral Adjunto  
Sara Maria Paeta da Costa Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro



## Posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(montantes expressos em Euros)

Demonstração da posição financeira	Notas	31-dez-2019			31-dez-2018
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4	532 872	-	532 872	1 392 795
Investimentos em subsidiárias	5	689 204	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	6	26 158 790	-	26 158 790	21 524 857
Empréstimos e contas a receber		1 299 171	-	1 299 171	1 652 797
Outros depósitos	7	1 150 171	-	1 150 171	1 500 111
Empréstimos concedidos	7	149 000	-	149 000	152 686
Terrenos e edifícios		8 355 260	98 793	8 256 467	8 201 412
Terrenos e edifícios de uso próprio	8	3 714 000	98 793	3 615 207	3 577 152
Terrenos e edifícios de rendimento	9	4 641 260	-	4 641 260	4 624 260
Outros ativos tangíveis	10	831 140	719 192	111 948	130 974
Provisões técnicas de resseguro cedido		3 305 574	-	3 305 574	2 686 248
Provisão para prémios não adquiridos	11	661 931	-	661 931	621 715
Provisão para sinistros	11	2 643 643	-	2 643 643	2 064 533
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	653 452	-	653 452	1 230 503
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		3 110 196	1 102 721	2 007 475	1 365 914
Contas a receber por outras operações de seguro directo	13	1 704 957	1 074 794	630 163	727 727
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	291 861	-	291 861	24 308
Contas a receber por outras operações	13	1 113 377	27 927	1 085 450	613 879
Ativos por impostos		277 048	-	277 048	403 260
Ativo por impostos correntes	14	89 499	-	89 499	140 842
Ativo por impostos diferidos	14	187 549	-	187 549	262 418
Acréscimos e diferimentos	15	85 299	-	85 299	47 883
<b>Total do Ativo</b>		<b>45 298 006</b>	<b>1 920 706</b>	<b>43 377 301</b>	<b>39 325 848</b>

*Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras*

O Contabilista Certificado  
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

**Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(montantes expressos em Euros)

Demonstração da posição financeira	Notas	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas		19 889 546	18 695 361
Provisão para prémios não adquiridos	17	1 127 442	1 055 527
Provisão para sinistros	17	18 281 754	17 124 513
Do ramo acidentes de trabalho		14 278 613	13 624 011
De outros ramos		4 003 141	3 500 502
Provisão para desvios de sinistralidade	17	73 500	68 500
Provisão para riscos em curso	17	406 850	446 820
Outros passivos financeiros	18	3 451 884	2 808 956
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	576 213	1 220 326
Outros credores por operações de seguros e outras operações		3 706 503	3 514 881
Contas a pagar por operações de seguro directo	19	3 475 635	3 182 141
Contas a pagar por operações de resseguro	19	4 053	154 627
Contas a pagar por outras operações	19	226 816	178 113
Passivos por impostos		2 306 604	1 710 239
Passivos por impostos correntes	14	1 239 648	1 053 657
Passivos por impostos diferidos	14	1 066 956	656 582
Acréscimos e diferimentos	20	461 934	442 506
<b>Total do Passivo</b>		<b>30 392 684</b>	<b>28 392 269</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	21	6 130 846	5 096 901
Reservas de reavaliação	22	3 850 692	1 983 942
Por ajustamento de ativos financeiros disponíveis para venda		2 588 973	820 317
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		1 261 719	1 163 625
Reserva por impostos diferidos	14	(928 792)	(516 560)
Outras reservas	22	2 416 503	1 908 166
Resultados transitados		989 933	1 802 684
Resultados do exercício		525 434	658 447
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>12 984 616</b>	<b>10 933 580</b>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>		<b>43 377 301</b>	<b>39 325 848</b>

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

 O Contabilista Certificado  
 António dos Santos Monteiro

 O Conselho de Administração  
 José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,  
 Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

## Conta de Ganhos e Perdas em 31 dezembro de 2019 e 2018

(montantes expressos em Euros)

Ganhos e Perdas	Notas	31-dez-2019			31-dez-2018
		Ramos não Vida	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos liquidados de resseguro		7 191 176	-	7 191 176	5 854 343
Prémios brutos emitidos	23	10 664 875	-	10 664 875	9 104 980
Prémios de resseguro cedido	23	3 440 551	-	3 440 551	3 149 226
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	17	73 363	-	73 363	140 925
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	11	40 216	-	40 216	39 515
Custos com sinistros líquidos de resseguro		5 769 848	-	5 769 848	4 791 519
Montantes pagos		5 203 130	-	5 203 130	4 320 853
Montantes brutos	17	6 792 952	-	6 792 952	5 973 298
Parte dos resseguradores	11	1 589 822	-	1 589 822	1 652 445
Provisão para sinistros (variação)		566 718	-	566 718	470 665
Montante bruto	17	1 166 254	-	1 166 254	434 638
Parte dos resseguradores	11	599 536	-	599 536	(36 028)
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	17	(34 970)	-	(34 970)	174 345
Custos de exploração líquidos de resseguro		1 268 242	-	1 268 242	1 104 691
Custos de aquisição	24	972 546	-	972 546	910 214
Custos de aquisição diferidos (variação)	17	(1 449)	-	(1 449)	(10 117)
Custos administrativos	24	1 130 243	-	1 130 243	989 613
Comissões e participação nos resultados de resseguro	25	833 097	-	833 097	785 020
Rendimentos financeiros		790 614	37 520	828 134	798 955
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	26	561 632	475	562 107	541 850
Outros	26	228 982	37 045	266 027	257 105
Gastos financeiros		311 272	10 967	322 239	319 931
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	24/27	65 409	-	65 409	71 464
Outros	24/24	245 863	10 967	256 830	248 468
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		113 000	-	113 000	604 426
De ativos financeiros disponíveis para venda	28	88 000	-	88 000	184 731
Outros	28	25 000	-	25 000	419 695
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)		6 693	-	6 693	33 075
De ativos financeiros disponíveis	29	6 693	-	6 693	33 075
Outros	30	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(8 487)	-	(8 487)	17 463
Outras provisões (variação)		-	62 534	62 534	116 276
Outros rendimentos/gastos	30	-	29 090	29 090	64 629
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>765 217</b>	<b>(6 890)</b>	<b>758 326</b>	<b>799 980</b>
Impostos sobre o rendimento corrente	14	-	159 880	159 880	64 670
Impostos sobre o rendimento diferido	14	-	73 012	73 012	76 864
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>765 217</b>	<b>(239 782)</b>	<b>525 434</b>	<b>658 447</b>

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

**Demonstração das Variações do Capital Próprio em 31 dezembro de 2019 e 2018**

(montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Balço a 01 de janeiro de 2018</b>	<b>5 045 058</b>	<b>2 061 347</b>	<b>(405 770)</b>	<b>1 209 708</b>	<b>1 392 567</b>	<b>1 098 559</b>	<b>10 401 469</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	25 094	-	-	698 458	375 007	(1 098 559)	-
Aumento/(redução de capital social)	26 749	-	-	-	-	-	26 749
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(452 457)	-	-	-	-	(452 457)
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	282 517	-	-	-	-	282 517
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	30 568	-	-	-	30 568
Outras variações	-	92 535	(141 358)	-	35 110	-	(13 713)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>658 447</b>	<b>658 447</b>
<b>Balço a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5 096 901</b>	<b>1 983 942</b>	<b>(516 560)</b>	<b>1 908 166</b>	<b>1 802 684</b>	<b>658 447</b>	<b>10 933 580</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	5 476	-	-	453 224	199 747	(658 447)	-
Pagamento aos cooperadores	-	-	-	-	(331)	-	(331)
Aumento/(redução de capital social)	1 028 469	-	-	-	(1 000 000)	-	28 469
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 768 655	-	-	-	-	1 768 655
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	86 666	-	-	-	-	86 666
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(412 232)	-	-	-	(412 232)
Outras variações	-	11 429	-	55 113	(12 167)	-	54 375
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>525 434</b>	<b>525 434</b>
<b>Balço a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6 130 846</b>	<b>3 850 692</b>	<b>(928 792)</b>	<b>2 416 503</b>	<b>989 933</b>	<b>525 434</b>	<b>12 984 616</b>

O Contabilista Certificado  
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

**Demonstração do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2019 e 2018***(montantes expressos em Euros)*

<b>Rendimento Integral</b>	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>525 434</b>	<b>658 447</b>
Resultado não reconhecidos nos resultados		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Varição de justo valor	1 768 655	(452 457)
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Varição de justo valor	86 666	282 517
Benefícios pós-emprego	-	(6 030)
Impostos		
Resultantes de valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda	(396 441)	101 803
Resultantes de valias potenciais de imóveis de uso próprio	(15 790)	(71 235)
<b>Total do rendimento integral não reconhecido</b>	<b>1 443 089</b>	<b>(145 402)</b>
<b>Total do rendimento integral, líquido de impostos</b>	<b>1 968 524</b>	<b>513 045</b>

**O Contabilista Certificado**  
António dos Santos Monteiro

**O Conselho de Administração**  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

**Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 dezembro de 2019 e 2018**

(montantes expressos em Euros)

Mapa de Fluxo de Caixa	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Operações de seguros</b>	<b>848 431</b>	<b>422 894</b>
Recebimento de prémios de seguro directo	9 492 523	8 228 067
Pagamento de sinistros	(5 989 076)	(5 306 891)
Pagamento a fornecedores	(922 151)	(819 839)
Pagamentos a colaboradores	(1 732 865)	(1 678 443)
<b>Aumentos/(diminuições) nos ativos operacionais</b>	<b>1 478 668</b>	<b>1 723 254</b>
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(117 040)	(296 386)
Devedores por outras operações	1 595 708	2 019 641
<b>Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais</b>	<b>(1 381 782)</b>	<b>(796 554)</b>
Depósitos recebidos de resseguradores	(642 928)	(7 312)
Outros passivos	(156 708)	(162 074)
Pagamento de impostos	(582 146)	(627 168)
<b>Investimentos financeiros</b>	<b>(1 706 779)</b>	<b>(450 766)</b>
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	(6 248 144)	(5 131 438)
Alienações/reembolsos de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	3 800 305	3 925 864
Recebimento de rendimentos de instrumentos financeiros	541 102	595 265
Recebimento de rendimentos de imóveis de rendimento	199 957	159 542
<b>Caixa líquida gerada pelas atividades operacionais</b>	<b>(761 462)</b>	<b>898 828</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativos tangíveis (líquidos)	(84 661)	(83 276)
<b>Caixa líquida gerada pelas atividades de investimento</b>	<b>(84 661)</b>	<b>(83 276)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Outros	(13 800)	(856)
<b>Caixa líquida gerada pelas atividades de financiamento</b>	<b>(13 800)</b>	<b>(856)</b>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(859 923)	814 696
<b>Caixa e equivalentes a 1 de janeiro</b>	<b>1 392 795</b>	<b>578 099</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro</b>	<b>532 872</b>	<b>1 392 795</b>

 O Contabilista Certificado  
 António dos Santos Monteiro

 O Conselho de Administração  
 José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,  
 Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Introdução**

A Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Mútua), foi constituída em 1942, e desde 01 de janeiro de 2004 adotou a forma jurídica de Cooperativa de Responsabilidade Limitada. A Mútua apresenta a sua sede e domicílio fiscal na Av. Santos Dumont, 57- 6º, 7º, e 8º - 1050 – 202 Lisboa, apresentando delegações a nível nacional.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multirriscos).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

**2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas****2.1 Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PCEs) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCEs corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

**2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2020, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 29 de junho de 2020.

**2.3 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação da Mútua é o Euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do Euro mais próxima.

**2.4 Políticas contabilísticas significativas****2.4.1 Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

**2.4.2 Investimentos em subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Mútua exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Mútua detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Mútua detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades.

São consideradas investimentos em associadas as empresas em que a Mútua detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo. Existe influência significativa sempre que a participação da Cooperativa numa participada se situe entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Pode ainda ser exercido influência significativa numa participada através da intervenção na gestão da associada ou na composição dos Órgãos de Gestão, com poder executivo.

A Mútua procede ao reconhecimento dos investimentos em subsidiárias ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado, caso existam indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

### 2.4.3 Instrumentos financeiros

#### a) Reconhecimento inicial

##### *i) Data do reconhecimento*

Aquisições e alienações de ativos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transação, ou seja, a data em que a Mútua se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Mútua se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

##### *ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros*

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual a Mútua o adquiriu. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em ganhos e perdas.

##### *iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia*

Quando o preço da transação diferir do justo valor de uma transação observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, a Mútua reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transação e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de ganhos e perdas. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transação e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de ganhos e perdas quando os "inputs" se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

#### b) Classificação

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis à Mútua.

A Mútua classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber.

##### *i) Ativos financeiros disponíveis para venda*

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro disponível para venda é reconhecido diretamente no capital próprio até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através da demonstração de ganhos e perdas.

*ii) Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Ativos financeiros detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Mútua tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização é reconhecida em “rendimentos financeiros” na demonstração de ganhos e perdas. Se a Mútua vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, a Mútua não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

À data de balanço a Mútua não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

*iii) Empréstimos e contas a receber*

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e valores a receber, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

A Mútua classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas.

*iv) Ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas*

Os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Estes ativos financeiros são detidos para negociação e são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, ao justo valor. Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

À data de balanço a Mútua não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

*v) Passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas*

Os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido.

À data de balanço a Mútua não procedeu ao reconhecimento de qualquer passivo financeiro nesta categoria.

*vi) Empréstimos e contas a pagar*

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que fazem parte do método de taxa de juro efetivo. O juro efetivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de ganhos e perdas.

**c) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A anulação do reconhecimento dos ativos financeiros é efetuada quando expirar o direito contratual a receber fluxos de caixa e a Mútua tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Mútua tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Quando a Mútua procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um ativo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção.

Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo, o ativo é reconhecido na extensão em que a Mútua continue envolvido com o ativo. Neste caso, a Mútua também reconhecerá um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e benefícios associados à detenção da Mútua.

A anulação dos passivos financeiros é efetuada quando a obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida na demonstração de ganhos e perdas.

**d) Transferências entre categorias de ativos financeiros**

É permitida a reclassificação de ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas para ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda ou empréstimos e contas a receber, desde que obedeça às características de cada categoria, como segue: Se um ativo financeiro, à data da reclassificação apresentar características de instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou quando se verificar que algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, sendo considerado uma rara circunstância.

Existe também a possibilidade de transferência entre ativos financeiros disponíveis para venda para empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade.

À data de balanço, não foram efetuadas transferências entre ativos financeiros.

**e) Determinação do custo amortizado**

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

**f) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros e não financeiros**

A Mútua mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

- Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e
- Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando "inputs" não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos

financeiros em que a técnica de avaliação inclui “inputs” não baseados em dados não observáveis e os “inputs” não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, a Mútua determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

Os instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

### **g) Imparidade de ativos financeiros**

A Mútua avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros esteja em imparidade.

De acordo com a NIC 39 – Instrumentos financeiros: mensuração subsequente, os seguintes eventos são consideradas como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou emissor de dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou em dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor; e
- Alterações adversas nas condições do setor.

#### *i) Ativos financeiros ao custo amortizado*

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante em exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados numa base individual, as eventuais perdas por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontado com base na taxa de juro efetiva.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de riscos similares.

Os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo deduzido na posição financeira ao valor do ativo a que respeita.

#### *ii) Ativos financeiros disponíveis para venda*

A Mútua determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, a Mútua avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

### **Instrumentos de capital**

- Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decrécimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais após o reconhecimento das perdas por imparidade são reconhecidas em “Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, é considerada existir imparidade, sendo refletida na demonstração de ganhos e perdas.

### **Instrumentos de dívida**

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como pagamento de juros ou capital;
- Reestruturações de operações;
- Probabilidade do devedor em entrar em falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo; e
- Alterações adversas do setor.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas na demonstração de ganhos e perdas num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento das perdas por imparidade.

### **Instrumentos financeiros mensurados ao custo**

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados, e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Mútua efetua análises periódicas de imparidade. Nesse sentido, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado.

O montante de perdas por imparidade determinado é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade não poderão ser revertidas em qualquer circunstância.

#### **2.4.4 Terrenos e edifícios de rendimento**

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pela Mútua com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimentos são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas, na rubrica de “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Mútua estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

#### **2.4.5 Terrenos e edifícios de uso próprio**

Os terrenos e edifícios de uso próprio correspondem aos imóveis detidos pela Mútua para sua utilização e/ou arrendamento.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

#### **2.4.6 Outros ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis utilizados pela Mútua no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Mútua.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis: Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Mútua efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

#### **2.4.7 Imparidade de ativos não financeiros**

A Mútua avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Mútua estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Mútua reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

#### **2.4.8 Locações**

##### Empresa como locadora

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de ganhos e perdas, nos períodos a que respeitam.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de ganhos e perdas, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao ativo ao longo do período da locação.

#### **2.4.9 Impostos sobre rendimentos**

##### Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

##### Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de ganhos e perdas, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

#### **2.4.10 Provisões e passivos contingentes**

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### **2.4.11 Benefícios dos empregados**

##### Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma “NIC 19 – Benefícios dos Empregados”.

A Mutua dos Pescadores celebrou um Acordo de Empresa (AE) com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e afins (SINAPSA) publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2018 (AE de 2018);

O referido AE de 2018 substituiu todos os outros anteriores instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram na Mútua até à data da sua publicação.

Para a efetivação do estabelecido na Cláusula 50.ª e seguintes do AE de 2018, já em vigor, foi alterado o contrato de adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização que visou nomeadamente:

- A Introdução do Plano de Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores atuais e futuros;
- A transferência do valor integralmente financiado a título de responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões (ASF), para o saldo inicial do PIR;
- E relativamente aos Beneficiários do regime complementar de reforma por velhice ou invalidez previsto no CTT para a atividade seguradora, publicado pelo Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, a manutenção dos regimes que vigoravam à data em que se reformaram e que integraram o contrato agora celebrado.

Ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro a ASF autorizou, em 31 de dezembro de 2019, a alteração ao contrato acima referido, pelo que se procedeu em conformidade.

##### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### **2.4.12 Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

#### **2.4.13 Caixa e equivalentes de caixa**

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Mútua considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores

registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **2.4.14 Resseguro**

No decurso da sua atividade a Mútua cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

#### **2.4.15 Valores a receber por operações de seguro**

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Mútua, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

#### **2.4.16 Contratos de seguro**

A Mútua emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Mútua aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

##### *a) Prémios*

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, co-seguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

##### *b) Reconhecimento de ganhos e perdas*

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

##### *c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos*

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objetivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis.

A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida na demonstração da posição financeira, deduzida dos custos de aquisição diferidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem.

##### *d) Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2019, o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no “Custo médio da lesão” sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016, não remíveis, e até 31.12.2019, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3% e encargos de gestão de 1%.

A 31.12.2019 para os sinistros de AT pensões ocorridos a partir de 01.01.2016, não remíveis, foi efectuado um ajuste manual para alterar a taxa técnica de 3% para 2% e encargos de gestão de 1% para 2% e incluído na provisão Matemática.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor actual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro e encargos de gestão utilizados no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões “não remíveis” com uma taxa de inflação de 1.7%.

Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31 de dezembro de 2019 um acréscimo de 4% na pensão anual. Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.

Para os sinistros de Marítimo a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem.

Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multiriscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos mas ainda não participados a 31 de dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

#### *e) Provisão para sinistros ocorridos mas não reportados (IBNR)*

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratios average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (montantes pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

#### *f) Provisões técnicas para o resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

#### *g) Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

*h) Provisão para desvios de sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Mútua, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Mútua.

**2.5 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos**

A preparação das demonstrações financeiras da Mútua requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

**Estimativas e pressupostos**

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Mútua são analisadas como segue:

*Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros*

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com os pressupostos da nota 2.4.2, alínea g). Desta forma, a determinação da imparidade resulta da avaliação específica realizada pela Mútua efetuada aos emitentes dos instrumentos financeiros.

*Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro*

Existem algumas fontes de incerteza que a Mútua necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Mútua em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Mútua;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Mútua a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contractos de seguro é um processo de incerteza inerente à atividade da Mútua, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Mútua elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Mútua. A Mútua procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

*Provisões*

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a Mútua é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão periódica.

*Impostos sobre os lucros*

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Mútua com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da

Mútua sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos ativos exige que a Administração efetue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos.

## **2.6 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros**

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

### IFRS 16 - Locações

Esta norma vem substituir a IAS 17– Locações, apresentando um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Não se verificaram impactos com a adoção da norma, visto a Mútua não apresentar contratos de locação como locatário.

### IFRS 9 – Instrumentos financeiros (alteração) - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa

Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. A presente alteração não teve impacto na Mútua visto a cooperativa não apresentar instrumentos financeiros com estas características.

### IAS 28 (alteração) - Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração vem clarificar que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. A norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

### IAS 19 (alteração) - Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos

Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade:

- (i) utilize pressupostos actualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e
- (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

### IFRIC 23 (nova) - Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento

Respeita a uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transacção específica, a entidade deverá efectuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

### Melhorias às normas 2015 – 2017

Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:**

*IAS 1 e IAS 8 (alteração)- Definição de material*

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores” que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

*Estrutura conceptual*

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis.

**Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

*IFRS 3 (alteração) – Definição de negócio*

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um “input” e um processo substancial que conjuntamente gerem “outputs”. Os “outputs” passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos “testes de concentração” para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

*IFRS 9 – Instrumentos financeiros, IAS 39 – Instrumentos financeiros – mensuração e reconhecimento e IFRS 7 - Instrumentos financeiros – divulgações (alteração)- Reforma nas taxas de juro de referência*

Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto IBOR reform do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do “benchmark” para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

*IFRS 17 – Contratos de seguro*

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

**Alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou erros**

À parte dos impactos descritos no parágrafo do impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019, não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

Adicionalmente, não ocorreram alterações nas estimativas, e não foram identificados erros materiais que resultem na reexpressão das demonstrações financeiras.

### 3. Relato por segmentos

A Mútua encontra-se organizada por segmentos de negócio. A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Mútua. A Mútua considera o segmento de negócio como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

As modalidades incluídas em cada segmento de negócio apresentam-se como segue:

#### Acidentes de Trabalho:

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

#### Acidentes Pessoais:

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas;
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

#### Seguros Patrimoniais:

- Incêndio
- Multirriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

#### Marítimo:

- Cascos – Embarcações de Pesca
- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio

A demonstração da posição financeira e a conta de ganhos e perdas apresenta-se como segue:

### **Posição da demonstração financeira por segmentos**

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
<b>ATIVO</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	-	532 872
Investimentos em subsidiárias	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 153 573	5 217	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	1 150 171	149 000	1 299 171
Terrenos e edifícios	7 541 467	715 000	8 256 467
Outros ativos tangíveis	111 948	-	111 948
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 305 574	-	3 305 574
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	653 452	653 452
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 007 475	-	2 007 475
Ativos por impostos	-	277 048	277 048
Acréscimos e diferimentos	-	85 299	85 299
<b>Total do Ativo</b>	<b>40 803 081</b>	<b>2 574 220</b>	<b>43 377 301</b>
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	19 889 546	-	19 889 546
Outros passivos financeiros	3 451 884	-	3 451 884
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	576 213	-	576 213
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 706 503	-	3 706 503
Passivos por impostos	-	2 306 604	2 306 604
Acréscimos e diferimentos	-	461 934	461 934
<b>Total do Passivo</b>	<b>27 624 146</b>	<b>2 768 538</b>	<b>30 392 684</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
<b>ATIVO</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 392 795	-	1 392 795
Investimentos em subsidiárias	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 524 857	-	21 524 857
Empréstimos e contas a receber	1 500 111	152 686	1 652 797
Terrenos e edifícios	7 553 260	648 152	8 201 412
Outros ativos tangíveis	130 974	-	130 974
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 686 248	-	2 686 248
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	1 230 503	1 230 503
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 365 914	-	1 365 914
Ativos por impostos	-	403 260	403 260
Acréscimos e diferimentos	-	47 883	47 883
<b>Total do Ativo</b>	<b>36 154 160</b>	<b>3 171 688</b>	<b>39 325 848</b>
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	18 695 361	-	18 695 361
Outros passivos financeiros	2 808 956	-	2 808 956
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 220 326	-	1 220 326
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 514 881	-	3 514 881
Passivos por impostos	-	1 710 238	1 710 238
Acréscimos e diferimentos	-	442 506	442 506
<b>Total do Passivo</b>	<b>26 239 524</b>	<b>2 152 744</b>	<b>28 392 268</b>

**Conta de Ganhos e Perdas por segmentos**

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multirriscos	Marítimo	Não afetos	Total
<b>Ganhos e perdas</b>							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5 617 567	771 107	98	32 425	769 979	-	7 191 176
Custos com sinistros líquidos de resseguro	4 584 997	428 543	(217)	85 249	671 276	-	5 769 848
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	-	(32 489)	3 386	(8 229)	72 302	-	34 970
Custos de exploração líquidos de resseguro	444 908	406 004	46	61 180	356 104	-	1 268 242
Resultado dos investimentos	487 944	17 906	(262)	5 804	80 948	26 554	618 895
Perdas por imparidade	-	-	-	-	6 693	-	6 693
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	1 262	-	386	-	(10 136)	-	(8 487)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(62 534)	(62 534)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	29 090	29 090
<b>Total</b>	<b>1 076 868</b>	<b>(77 636)</b>	<b>3 392</b>	<b>(116 428)</b>	<b>(120 980)</b>	<b>(6 890)</b>	<b>758 326</b>

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multirriscos	Marítimo	Não afetos	Total
<b>Ganhos e perdas</b>							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4 464 334	703 832	95	31 752	654 330	-	5 854 343
Custos com sinistros líquidos de resseguro	3 702 007	476 084	1 995	74 872	536 561	-	4 791 519
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	-	(74 503)	(3 386)	(23 124)	(73 333)	-	(174 346)
Custos de exploração líquidos de resseguro	342 822	357 964	22	63 352	340 531	-	1 104 691
Resultado dos investimentos	988 151	17 864	640	4 853	46 898	25 043	1 083 449
Perdas por imparidade	2 923	52	-	15	162	29 921	33 073
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	17 870	3	-	(1 370)	961	-	17 464
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(116 276)	(116 276)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	64 629	64 629
<b>Total</b>	<b>1 422 603</b>	<b>(186 904)</b>	<b>4 668</b>	<b>(126 128)</b>	<b>(248 398)</b>	<b>(56 525)</b>	<b>799 980</b>

#### 4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Caixa	6 279	7 754
Depósitos à ordem	526 593	1 385 041
<b>Total</b>	<b>532 872</b>	<b>1 392 795</b>

#### 5. Investimentos em subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias referem-se à participação financeira, em 99.942%, da Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

Em 31 de dezembro de 2019, a subsidiária apresentava um total de capital próprio de 1.920.736 euros (1.339.883 euros em 31 de dezembro de 2018), apresentando um resultado líquido de 491.382 euros (399.617 euros em 31 de dezembro de 2018).

A Mútua mensura a sua participação financeira ao custo de aquisição, efetuando análises periódicas de imparidade, através da determinação do valor recuperável. À data de balanço não foram identificados indícios de imparidade, não tendo sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

**6. Ativos financeiros disponíveis para a venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De dívida pública		
Emissores nacionais	5 383 240	4 824 050
Emissores estrangeiros	12 536 233	10 333 925
De dívida privada		
Emissores nacionais	1 332 895	1 190 059
Emissores estrangeiros	6 266 846	4 392 403
<b>Sub-total</b>	<b>25 519 214</b>	<b>20 740 437</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emissores nacionais	178 630	225 979
Emissores estrangeiros	260 555	386 731
<b>Sub-total</b>	<b>439 185</b>	<b>612 710</b>
<b>Outros instrumentos</b>		
Emissores nacionais	42 679	35 278
Emissores estrangeiros	157 712	136 432
<b>Sub-total</b>	<b>200 391</b>	<b>171 710</b>
<b>Total geral</b>	<b>26 158 790</b>	<b>21 524 858</b>

**7. Empréstimos e contas a receber**

A rubrica de empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
<b>Outros depósitos</b>		
Depósitos a prazo	1 150 171	1 500 111
<b>Empréstimos concedidos</b>		
Outros	149 000	152 686
<b>Total</b>	<b>1 299 171</b>	<b>1 652 797</b>

**8. Terrenos e edifícios de uso próprio**

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2018</b>	
Valor bruto	3 359 000
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	61 520
	<b>3 297 480</b>
Adições	51 735
Alienações	-
Revalorização	282 518
Perdas por imparidade	-
	<b>334 253</b>
Depreciações do exercício	(49 253)
Alienações/abates	-
	(49 253)
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>	
Valor bruto	3 644 000
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	66 848
<b>Total</b>	<b>3 577 152</b>
Adições	8 000
Alienações	-
Revalorização	86 666
Perdas por imparidade	-
	<b>94 666</b>
Depreciações do exercício	(24 666)
Alienações/abates	-
	<b>(24 666)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2019</b>	
Valor bruto	3 714 000
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	98 793
<b>Total</b>	<b>3 615 207</b>

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do custo, ou seja, através da determinação do valor do edifício através da soma do terrenos e edifício, bem como todos os custos necessários à sua construção, de características semelhantes, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e semelhante vida útil remanescente, acrescido das margens de lucro requeridas.

À data de balanço, o valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da data de avaliação apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
2019	778 000	-
2018	2 837 207	2 002 000
2017	-	1 575 152
<b>Total</b>	<b>3 615 207</b>	<b>3 577 152</b>

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 32.

Caso os terrenos e edifícios de uso próprio tivessem sido mensurados ao modelo do custo, o valor líquido contabilístico apresentar-se-ia como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
Custo de aquisição	2 509 823	2 240 649
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade	417 299	372 486
<b>Total</b>	<b>2 092 524</b>	<b>1 868 163</b>

### 9. Terrenos e edifícios de rendimento

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2018</b>	<b>4 256 300</b>
Adições	-
Variações de justo valor	367 960
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4 624 260</b>
Adições	-
Variações de justo valor	17 000
<b>A 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4 641 260</b>

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do rendimento, ou seja, através do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos

terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 33.

A Mútua celebrou contratos de locação operacional com todos os imóveis. Os rendimentos resultantes dos contratos ascenderem, em 31 de dezembro de 2019, a 205.772 euros (31 de dezembro de 2018, a 206.341 euros).

Os gastos de conservação e reparação nos imóveis ascenderam a 11.544 euros e 16.365 euros, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

## 10. Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19				
	Saldo inicial 31-12-18	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
<b>Aquisição</b>					
Equipamento administrativo	170 585	8 844	(82 612)	-	96 817
Máquinas e ferramentas	22 600	982	(10 646)	-	12 936
Equipamento informático	416 301	34 179	(63 749)	-	386 731
Instalações interiores	19 023	-	-	-	19 023
Material de transporte	291 354	-	(16 559)	-	274 795
Equipamento hospitalar	17 542	276	-	-	17 818
Outro equipamento	13 594	-	-	-	13 594
Quadros e Esculturas	11 551	-	(2 125)	-	9 426
<b>Total</b>	<b>962 550</b>	<b>44 282</b>	<b>(175 691)</b>	<b>-</b>	<b>831 140</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19				
	Saldo inicial 31-12-18	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
<b>Depreciações</b>					
Equipamento administrativo	158 399	3 015	(82 612)	-	78 802
Máquinas e ferramentas	20 152	810	(10 646)	-	10 317
Equipamento informático	384 826	21 956	(63 749)	-	343 033
Instalações interiores	19 023	-	-	-	19 023
Material de transporte	210 227	34 947	(16 559)	-	228 615
Equipamento hospitalar	15 303	1 079	-	-	16 382
Outro equipamento	-	-	-	-	-
Quadros e Esculturas	23 645	1 500	(2 125)	-	23 020
<b>Total</b>	<b>831 575</b>	<b>63 308</b>	<b>(175 691)</b>	<b>-</b>	<b>719 192</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>130 974</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111 948</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-18				
	Saldo inicial 31-12-17	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
<b>Aquisição</b>					
Equipamento administrativo	310 957	7 759	(148 131)	-	170 585
Máquinas e ferramentas	37 091	2 748	(17 239)	-	22 600
Equipamento informático	660 664	26 290	(270 653)	-	416 301
Instalações interiores	22 023	-	(3 000)	-	19 023
Material de transporte	279 850	71 186	(59 682)	-	291 354
Equipamento hospitalar	53 863	3 100	(39 421)	-	17 542
Outro equipamento	14 163	-	(569)	-	13 594
Património artístico	27 149	-	(15 598)	-	11 551
<b>Total</b>	<b>1 405 760</b>	<b>111 083</b>	<b>(554 293)</b>	<b>-</b>	<b>962 550</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-18				
	Saldo inicial 31-12-17	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
<b>Depreciações</b>					
Equipamento administrativo	304 424	2 106	(148 131)	-	158 399
Máquinas e ferramentas	36 656	735	(17 239)	-	20 152
Equipamento informático	615 975	39 504	(270 653)	-	384 826
Instalações interiores	22 023	-	(3 000)	-	19 023
Material de transporte	236 605	24 361	(50 739)	-	210 227
Equipamento hospitalar	53 863	861	(39 421)	-	15 303
Outro equipamento	-	-	-	-	-
Património artístico	38 312	1 500	(16 167)	-	23 645
<b>Total</b>	<b>1 307 858</b>	<b>69 067</b>	<b>(545 350)</b>	<b>-</b>	<b>831 575</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>97 902</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>130 974</b>

## 11. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Provisão para prémios não adquiridos	661 931	621 715
Provisão para sinistros	2 643 643	2 064 533
<b>Total</b>	<b>3 305 574</b>	<b>2 686 248</b>

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais	48 320	49 155
Incêndio	261	262
Multirriscos	106 099	105 174
Marítimo	507 252	467 124
<b>Total</b>	<b>661 931</b>	<b>621 715</b>

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido foi o seguinte:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Responsabilidades originadas no período</b>	<b>Saldo final</b>
Acidentes pessoais	49 155	(836)	48 319
Incêndio	262	(1)	261
Multirriscos	105 174	924	106 099
Marítimo	467 124	40 128	507 252
<b>Total</b>	<b>621 715</b>	<b>40 216</b>	<b>661 931</b>

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2018</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Responsabilidades originadas no período</b>	<b>Saldo final</b>
Acidentes pessoais	41 804	7 351	49 155
Incêndio	258	4	262
Multirriscos	105 232	(58)	105 174
Marítimo	434 906	32 218	467 124
<b>Total</b>	<b>582 200</b>	<b>39 515</b>	<b>621 715</b>

A provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
Acidentes de trabalho	332 683	183 064
Acidentes pessoais	188 831	216 048
Incêndio	-	17 710
Multirriscos	41 204	46 453
Marítimo	2 080 924	1 601 257
<b>Total</b>	<b>2 643 643</b>	<b>2 064 533</b>

A variação da provisão para sinistros de resseguro cedido foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	183 064	206 984	57 365	332 683
Acidentes pessoais	216 048	31 893	59 111	188 831
Incêndio	17 710	(1 951)	15 758	-
Multirriscos	46 453	105 719	110 968	41 204
Marítimo	1 601 257	1 826 287	1 346 620	2 080 924
<b>Total</b>	<b>2 064 533</b>	<b>2 168 932</b>	<b>1 589 822</b>	<b>2 643 643</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	274 048	108 943	199 927	183 064
Acidentes pessoais	263 284	(20 732)	26 504	216 048
Incêndio	-	17 957	247	17 710
Multirriscos	26 416	95 541	75 504	46 453
Marítimo	1 527 105	1 424 415	1 350 264	1 601 257
<b>Total</b>	<b>2 090 853</b>	<b>1 626 125</b>	<b>1 652 445</b>	<b>2 064 533</b>

## 12. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Sector Segurador, a Mútua aderiu a um Plano de Pensões, de Benefício Definido, gerido por Sociedade Gestora (Contrato de Adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização).

Os Benefícios assegurados são o pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos do contrato.

A população abrangida é o conjunto de trabalhadores com admissão na indústria anterior a 1995 e com direito a complemento de reforma por velhice ou invalidez nos termos do CCT à data.

No final de 2019 a ASF autorizou a alteração ao contrato constitutivo de forma a incorporar o Plano de Contribuição Definida – PIR, de acordo com o BTE n.º 18 de 15.05.2018.

Na data de reporte 31.12.2019 os resultados da avaliação actuarial das responsabilidades estão em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 5/2007-R de 27 de Abril da ASF.

O cálculo das responsabilidades é efetuado por atuário independente em cada data de reporte, utilizando os métodos "Projected Unit Credit" para as Pensões de Velhice e "Prémios Únicos Sucessivos" para as Pensões de Invalidez.

Os pressupostos são revistos e atualizados em cada data de relato com base nos dados de mercado disponíveis.

O reconhecimento do valor é feito com base da IAS 19.

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Responsabilidades passadas com benefícios pós-emprego	31-dez-2019	31-dez-2018
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	-	634 023
Valor atual das pensões em pagamento	576 213	586 302
<b>Total</b>	<b>576 213</b>	<b>1 220 325</b>

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

<b>Varição valor presente das responsabilidades</b>	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
<b>Valor das responsabilidades inicial</b>	<b>1 220 325</b>	<b>1 293 937</b>
Benefícios pagos	(48 912)	(56 700)
Remissão de capital	-	(10 494)
Custo dos serviços correntes	-	28 525
Custo dos juros	9 805	22 641
Ganhos e perdas atuariais	29 019	(57 584)
Transferencia para PIR	(634 023)	-
<b>Valor das responsabilidades final</b>	<b>576 213</b>	<b>1 220 325</b>

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

<b>Reconciliação do valor presente</b>	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
<b>Valor do Fundo inicial</b>	<b>1 230 503</b>	<b>1 316 009</b>
Contribuições do empregador	-	31 426
Benefícios pagos	(48 912)	(56 700)
Remissão em capital	-	(10 494)
Comissões de administrador do plano	(7 962)	(8 652)
Retorno real dos ativos	113 846	(41 086)
Transferencia para PIR	(634 023)	-
<b>Valor do Fundo final</b>	<b>653 452</b>	<b>1 230 503</b>

(montantes expressos em Euros)

<b>Valor atuarial do Fundo reconhecido</b>	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
Total das responsabilidades	(576 213)	(1 220 326)
Valor da quota-parte do fundo	653 452	1 230 503
<b>Total do reconhecimento do Ativo/(Passivo)</b>	<b>77 239</b>	<b>10 177</b>

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

<b>Reconciliação valor presente e do justo valor com os passivos</b>	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
<b>Ativo/(Passivo) inicial</b>	<b>10 178</b>	<b>22 071</b>
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	12 805	57 584
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	92 809	(63 614)
(Ganhos) e perdas atuariais por alterações de pressupostos financeiros	(41 824)	-
Custo do serviço corrente	-	(28 525)
Custo dos juros	(9 805)	(22 642)
Retorno esperado dos ativos	21 038	22 529
Comissões administrativas do plano	(7 962)	(8 652)
Contribuições para o Fundo	-	31 426
<b>Ativo/(Passivo) final</b>	<b>77 239</b>	<b>10 177</b>

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte da Mútua, apresentam-se como segue:

31-dez-2019

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,34%)	%
Ações	46 584 258	24,54%	160 370	0,08%
Obrigações taxa fixa	86 143 549	45,38%	296 556	0,16%
Obrigações taxa variável	30 818 304	16,24%	106 094	0,06%
Fundos Imobiliários	2 753 381	1,45%	9 479	0,00%
Hedge Funds	5 124 771	2,70%	17 642	0,01%
Liquidez	18 390 691	9,69%	63 311	0,03%
<b>Total</b>	<b>189 814 954</b>	<b>100%</b>	<b>653 452</b>	<b>0,34%</b>

31-dez-2018

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,84%)	%
Ações	35 422 920	24,27%	298 651	0,20%
Obrigações taxa fixa	71 307 887	48,86%	601 195	0,41%
Obrigações taxa variável	20 812 636	14,26%	175 471	0,12%
Fundos Imobiliários	2 570 708	1,76%	21 674	0,01%
Hedge Funds	5 583 827	3,83%	47 077	0,03%
Liquidez	10 252 050	7,02%	86 435	0,06%
<b>Total</b>	<b>145 950 028</b>	<b>100%</b>	<b>1 230 503</b>	<b>0,84%</b>

Os pressupostos atuariais apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19	31-dez-18
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento do fundo	0,85%	0,85%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,85%	0,85%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe
N.º de pensões pagas anualmente	14	14
Idade da reforma	Estabelecida pela SS	Estabelecida pela SS

**13. Outros devedores por operações de seguros e outras operações**

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Contas a receber por outras operações de seguro directo</b>		
Tomadores	1 297 304	1 248 089
Mediadores	50 569	106 506
Co-seguradores	111 515	110 284
Reembolso de sinistros	245 569	285 109
	<b>1 704 957</b>	<b>1 749 987</b>
Perdas por imparidade	(1 074 794)	(1 022 260)
<b>Sub-total</b>	<b>630 163</b>	<b>727 727</b>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Resseguradores	<b>291 861</b>	<b>24 308</b>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Subscritores de capital	6 696	6 853
Fornecedores	27 753	18 603
Pessoal	42 574	64 514
FAT	58 315	59 905
Outros	978 039	481 932
	<b>1 113 377</b>	<b>631 806</b>
Perdas por imparidade	(27 927)	(17 927)
<b>Sub-total</b>	<b>1 085 450</b>	<b>613 879</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2 007 475</b>	<b>1 365 914</b>

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	Recibos por cobrar	Outros devedores
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>897 778</b>	<b>26 132</b>
Reforço	178 059	-
Reversão	(53 577)	(8 205)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1 022 260</b>	<b>17 927</b>
Reforço	84 619	10 000
Reversão	(32 086)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1 074 794</b>	<b>27 927</b>

**14. Ativos e passivos por impostos**

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Pagamentos por conta de IRC	13 538	78 041
Outros	75 961	62 801
<b>Sub-total</b>	<b>89 499</b>	<b>140 842</b>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>		
Perdas por imparidade	187 549	262 418
<b>Total Geral</b>	<b>277 048</b>	<b>403 260</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto de selo	113 282	101 856
Taxa para o ANPC	3 355	3 278
Taxa para o INEM	28 133	23 525
Taxa para o FAT	819 592	759 350
Taxa para o ASF	13 170	11 082
Outros	262 115	154 566
<b>Sub-total</b>	<b>1 239 648</b>	<b>1 053 657</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	581 013	184 571
Imóveis de uso próprio	342 604	331 989
Imóveis de rendimento	143 339	140 021
<b>Sub-total</b>	<b>1 066 956</b>	<b>656 581</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2 306 604</b>	<b>1 710 238</b>

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2019
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
Perdas por imparidade	262 418	74 869	-	-	-	187 549
<b>Total AID</b>	<b>262 418</b>	<b>74 869</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>187 549</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	184 571	-	-	396 441	-	581 013
Imóveis de uso próprio	331 989	-	(5 175)	15 790	-	342 604
Imóveis de rendimento	140 021	3 318	-	-	-	143 339
<b>Total PID</b>	<b>656 582</b>	<b>3 318</b>	<b>(5 175)</b>	<b>412 232</b>	<b>-</b>	<b>1 066 956</b>
<b>Totais variações líquidas</b>			<b>73 012</b>	<b>412 232</b>		

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2018
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
Perdas por imparidade	282 922	20 504	-	-	-	262 418
<b>Total AID</b>	<b>282 922</b>	<b>20 504</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>262 418</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	286 374	-	-	-	(101 803)	184 571
Imóveis de uso próprio	265 458	-	(4 704)	71 235	-	331 989
Imóveis de rendimento	78 957	61 064	-	-	-	140 021
<b>Total PID</b>	<b>630 789</b>	<b>61 064</b>	<b>(4 704)</b>	<b>71 235</b>	<b>(101 803)</b>	<b>656 581</b>
<b>Totais variações líquidas</b>			<b>76 864</b>	<b>(30 568)</b>		

A estimativa de imposto apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		31-dez-2018	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		758 326		799 980
Imposto corrente	21,00%	159 249	21,00%	167 996
Correções fiscais				
Encargos não dedutíveis	1,53%	11 571		76 217
Rendimentos não tributados	-4%	(27 960)		(180 491)
<b>Matéria coletável</b>	<b>18,84%</b>	<b>142 859</b>		<b>63 722</b>
Taxa reduzida	-0,61%	(4 611)		(601)
Benefícios fiscais	0,00%	-		(12 284)
Derrama	1,32%	10 019		4 162
Tributações autónomas	1,53%	11 612		9 670
<b>Imposto sobre o rendimento corrente</b>	<b>21,08%</b>	<b>159 880</b>		<b>64 670</b>

## 15. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Gastos diferidos	85 299	47 883
<b>Total</b>	<b>85 299</b>	<b>47 883</b>

## 16. Afetação dos investimentos e outros ativos

A afetação dos investimentos e outros ativos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			31-dez-2018		
	Não Vida	Não afetos	Total	Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	-	532 872	1 392 795	-	1 392 795
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	689 204	689 204	-	689 204	689 204
Activos financeiros disponíveis para a venda	26 153 573	5 217	26 158 790	21 524 858	-	21 524 858
Empréstimos e contas a receber	1 150 171	149 000	1 299 171	1 500 111	152 686	1 652 797
Terrenos e edifícios	7 541 467	715 000	8 256 467	7 486 412	715 000	8 201 412
Outros ativos tangíveis	111 948	-	111 948	130 974	-	130 974
Outros ativos	214 685	-	214 685	250 126	-	250 126
<b>Total</b>	<b>35 704 717</b>	<b>1 558 421</b>	<b>37 263 138</b>	<b>32 285 277</b>	<b>1 556 890</b>	<b>33 842 166</b>

## 17. Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Provisão para prémios não adquiridos	1 127 442	1 055 527
Provisão para sinistros	18 281 754	17 124 513
Provisão para desvios de sinistralidade	73 500	68 500
Provisão para riscos em curso	406 850	446 820
<b>Total</b>	<b>19 889 546</b>	<b>18 695 361</b>

**Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			31-dez-2018		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de trabalho	332 906	(49 469)	283 436	302 631	(48 123)	254 508
Acidentes pessoais	205 258	(34 561)	170 697	212 517	(36 869)	175 647
Incêndio	290	(68)	222	291	(67)	224
Multirriscos	119 736	(23 205)	96 531	118 752	(23 167)	95 584
Marítimo	683 938	(107 382)	576 556	634 574	(105 010)	529 564
<b>Total</b>	<b>1 342 127</b>	<b>(214 685)</b>	<b>1 127 442</b>	<b>1 268 764</b>	<b>(213 237)</b>	<b>1 055 527</b>

O movimento ocorrido na provisão para prémios não adquiridos de seguro direto durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	254 508	28 928	283 436
Acidentes pessoais	175 647	(4 950)	170 697
Incêndio	224	(2)	222
Multirriscos	95 584	947	96 531
Marítimo	529 564	46 991	576 556
<b>Total</b>	<b>1 055 527</b>	<b>71 914</b>	<b>1 127 442</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	196 148	58 360	254 508
Acidentes pessoais	142 170	33 477	175 647
Incêndio	220	4	224
Multirriscos	95 731	(147)	95 584
Marítimo	490 450	39 114	529 564
<b>Total</b>	<b>924 719</b>	<b>130 808</b>	<b>1 055 527</b>

**Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros de seguro direto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes de trabalho	14 278 613	13 624 011
Acidentes pessoais	788 721	839 751
Incêndio	-	19 678
Multirriscos	95 151	84 979
Marítimo	3 119 269	2 556 094
<b>Total</b>	<b>18 281 754</b>	<b>17 124 513</b>

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de seguro direto durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	13 624 011	4 780 302	4 125 700	14 278 613
Acidentes pessoais	839 751	460 163	511 193	788 721
Incêndio	19 678	(2 168)	17 509	-
Multirriscos	84 979	191 238	181 066	95 151
Marítimo	2 556 094	2 520 658	1 957 484	3 119 269
<b>Total</b>	<b>17 124 513</b>	<b>7 950 193</b>	<b>6 792 952</b>	<b>18 281 754</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	13 364 856	3 799 177	3 540 022	13 624 011
Acidentes pessoais	710 308	455 352	325 909	839 751
Incêndio	(67)	20 019	274	19 678
Multirriscos	29 962	193 706	138 689	84 979
Marítimo	2 619 022	1 905 476	1 968 404	2 556 094
<b>Total</b>	<b>16 724 081</b>	<b>6 373 730</b>	<b>5 973 298</b>	<b>17 124 513</b>

Os efeitos das alterações nos pressupostos mais significativos, teria o seguinte impacto nos custos de exercício:

(montantes expressos em milhares de Euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para Sinistros de AT Custo Médio ou peritagem (ano 2019)	Acréscimo 25%	630
Provisão Matemática-Taxa Juro Técnica	Descida de 4% para 3% ano sin <2016	978

Adicionalmente, procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

#### 1.º Cenário

Descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 ;  
Verificação do seu impacto na Provisão Matemática de AT e na PRC.

#### 2.º Cenário

AT- Impacto da descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos em 25% para o ano de 2019.

Outros Ramos – Acréscimo na Provisão para Sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2019.

(montantes expressos em milhares de Euros)

Impactos	Variação nas Provisões		PRC (ano ocorrência)	
	2019	2018	2019	2018
Cenário 1	978	888	82,8%	87,1%
Cenário 2	1 235	1 087	87,0%	91,2%

**Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
Incêndio	2 500	2 500
Multiriscos	71 000	66 000
<b>Total</b>	<b>73 500</b>	<b>68 500</b>

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade durante o exercício foi o seguinte:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Dotação do exercício</b>	<b>Saldo final</b>
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	66 000	5 000	71 000
<b>Total</b>	<b>68 500</b>	<b>5 000</b>	<b>73 500</b>

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2018</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Dotação do exercício</b>	<b>Saldo final</b>
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	61 000	5 000	66 000
<b>Total</b>	<b>63 500</b>	<b>5 000</b>	<b>68 500</b>

**Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso apresenta a seguinte decomposição:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>	<b>31-dez-2018</b>
Acidentes pessoais	106 992	74 503
Incêndio	-	3 386
Multiriscos	62 685	59 456
Marítimo	237 174	309 476
<b>Total</b>	<b>406 850</b>	<b>446 820</b>

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso durante o exercício foi o seguinte:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2019</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Dotação do exercício</b>	<b>Saldo final</b>
Acidentes pessoais	74 503	32 489	106 992
Incêndio	3 386	(3 386)	-
Multiriscos	59 456	3 229	62 685
Marítimo	309 475	(72 302)	237 174
<b>Total</b>	<b>446 820</b>	<b>(39 970)</b>	<b>406 850</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	-	74 503	74 503
Incêndio	-	3 386	3 386
Multiriscos	41 332	18 124	59 456
Marítimo	236 143	73 332	309 475
<b>Total</b>	<b>277 475</b>	<b>169 345</b>	<b>446 820</b>

**18. Outros passivos financeiros**

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Depósitos recebidos de resseguradores	3 451 884	2 808 956
<b>Total</b>	<b>3 451 884</b>	<b>2 808 956</b>

**19. Outros credores por operações de seguros e outras operações**

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Contas a pagar por outras operações de seguro directo</b>		
Tomadores	377 814	267 773
Mediadores	2 871 376	2 688 268
Co-seguradores	113 185	113 883
Reembolso de sinistros	113 259	112 217
<b>Sub-total</b>	<b>3 475 635</b>	<b>3 182 141</b>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Resseguradores	<b>4 053</b>	<b>154 627</b>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Subscritores de capital	91 027	86 739
Acionistas	61	264
Fornecedores	73 266	22 149
Outros	62 461	68 961
<b>Sub-total</b>	<b>226 816</b>	<b>178 113</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3 706 503</b>	<b>3 514 881</b>

**20. Acréscimos e diferimentos**

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Rendimentos diferidos	233 759	219 711
Acréscimos de gastos	228 175	222 795
<b>Total</b>	<b>461 934</b>	<b>442 506</b>

## 21. Capital social

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador, sendo variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo 6 milhões de euros, integralmente realizado, correspondendo ao somatório dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capital detidos pela cooperativa.

Na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados da Mútua, em 31 de dezembro de 2003, designados por cooperadores iniciais, num total de 174.000 títulos com o valor nominal de 6 euros por título, perfazendo um total de 870.000 euros.

O remanescente capital social, no montante de 5.130.000 euros, é constituído por capital não titulado, propriedade comum da Mútua.

Por último, a reserva do fundo mutualista ascende a 130.846 euros.

## 22. Reservas

A rubrica das reservas apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 588 973	820 317
Terrenos e edifícios de uso próprio	1 261 719	1 163 625
<b>Sub-total</b>	<b>3 850 692</b>	<b>1 983 942</b>
<b>Reservas por impostos diferidos</b>	(928 792)	(516 560)
<b>Outras reservas</b>		
Reserva legal	534 017	468 165
Livres	1 882 486	1 440 001
<b>Sub-total</b>	<b>2 416 513</b>	<b>1 908 166</b>
<b>Total geral</b>	<b>5 338 403</b>	<b>3 375 548</b>

## 23. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2019			31-dez-2018		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos</b>						
Acidentes de trabalho	5 950 420	(302 578)	5 647 842	4 909 871	(381 094)	4 528 777
Acidentes pessoais	1 166 176	(401 492)	764 684	1 110 000	(376 391)	733 609
Incêndio	979	(881)	98	954	(858)	95
Multirriscos	272 273	(239 788)	32 485	264 763	(233 226)	31 537
Marítimo	3 275 027	(2 495 812)	779 215	2 819 392	(2 157 657)	661 736
<b>Sub-total</b>	<b>10 664 875</b>	<b>(3 440 551)</b>	<b>7 224 324</b>	<b>9 104 980</b>	<b>(3 149 226)</b>	<b>5 955 754</b>
<b>Variação da provisão para prémios não adquiridos</b>						
Acidentes de trabalho	30 275	-	30 275	64 443	-	64 443
Acidentes pessoais	(7 259)	836	(6 423)	37 128	(7 351)	29 777
Incêndio	(1)	1	-	4	(4)	-
Multirriscos	984	(924)	60	(273)	58	(215)
Marítimo	49 363	(40 128)	9 236	39 623	(32 218)	7 405
<b>Sub-total</b>	<b>73 363</b>	<b>(40 216)</b>	<b>33 147</b>	<b>140 925</b>	<b>(39 515)</b>	<b>101 411</b>
<b>Total geral</b>	<b>10 591 512</b>	<b>(3 400 336)</b>	<b>7 191 176</b>	<b>8 964 054</b>	<b>(3 109 711)</b>	<b>5 854 343</b>

**24. Custos de exploração**

A rubrica dos custos de exploração apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações		
Orgãos sociais	114 253	108 574
Pessoal	1 113 968	1 066 180
Encargos sobre as remunerações	262 741	260 670
Outros gastos com pessoal	100 367	109 549
<b>Sub-total</b>	<b>1 591 329</b>	<b>1 544 973</b>
<b>Fornecimento e serviços de terceiros</b>		
Água e Luz	28 981	31 285
Combustíveis	29 416	28 430
Material de escritório	24 339	22 926
Artigos para oferta	-	264
Conservação e reparação	290 379	234 164
Rendas e alugueres	2 117	2 344
Comunicação	89 216	75 855
Deslocações e estadas	74 740	72 804
Seguros	18 876	11 916
Publicidade e propaganda	59 841	45 155
Limpeza, saúde e conforto	19 936	21 130
Contencioso e Notariado	7 825	24 932
Vigilância e segurança	7 877	8 049
Trabalhos especializados	10 916	14 655
Gastos com trabalho independente	245 683	249 173
Quotizações	12 741	12 541
Outros fornecimentos e serviços terceiros	208 092	196 849
<b>Sub-total</b>	<b>1 130 975</b>	<b>1 052 471</b>
<b>Impostos e taxas</b>	<b>171 496</b>	<b>112 049</b>
<b>Depreciações</b>	<b>119 918</b>	<b>123 582</b>
<b>Juros suportados</b>	<b>3 128</b>	<b>3 258</b>
<b>Comissões</b>	<b>42 266</b>	<b>35 838</b>
<b>Total geral</b>	<b>3 059 112</b>	<b>2 872 171</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Mútua procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma, apresentando-se também registadas nas seguintes rubricas da demonstração de ganhos e perdas:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019				Total
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	
<b>Gastos imputados</b>					
Gastos com o pessoal	522 911	419 156	541 847	107 415	1 591 329
Fornecimento e serviços de terceiros	371 638	297 899	385 097	76 341	1 130 975
Impostos e taxas	124 898	8 267	18 745	19 586	171 496
Depreciações	39 405	31 586	40 832	8 094	119 918
Juros suportados	-	-	-	3 128	3 128
Comissões	-	-	-	42 266	42 266
<b>Sub-total</b>	<b>1 058 852</b>	<b>756 909</b>	<b>986 521</b>	<b>256 830</b>	<b>3 059 112</b>
Custos técnicos	4 144 278	-	-	65 409	4 209 687
Comissões de mediação	-	215 637	143 721	-	359 358
<b>Total geral</b>	<b>5 203 130</b>	<b>972 546</b>	<b>1 130 243</b>	<b>322 239</b>	<b>7 628 157</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				Total
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	
<b>Gastos imputados</b>					
Gastos com o pessoal	526 990	426 413	483 422	108 148	1 544 973
Fornecimento e serviços de terceiros	358 998	290 482	329 318	73 673	1 052 471
Impostos e taxas	69 953	7 155	16 042	18 899	112 049
Depreciações	42 154	34 109	38 669	8 651	123 582
Juros suportados	-	-	-	3 258	3 258
Comissões	-	-	-	35 838	35 838
<b>Sub-total</b>	<b>998 095</b>	<b>758 158</b>	<b>867 451</b>	<b>248 468</b>	<b>2 872 171</b>
Custos técnicos	3 322 759	-	-	71 464	3 394 223
Comissões de mediação	-	152 056	122 162	-	274 219
<b>Total geral</b>	<b>4 320 853</b>	<b>910 214</b>	<b>989 613</b>	<b>319 931</b>	<b>6 540 612</b>

## 25. Comissões recebidas de contratos de seguro

As comissões recebidas de contratos de seguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Acidentes pessoais	259 202	258 230
Incêndio	373	361
Multirriscos	87 057	83 304
Marítimo	486 465	443 125
<b>Total</b>	<b>833 097</b>	<b>785 020</b>

## 26. Rendimentos financeiros

A rubrica de rendimentos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			Total
	Rendas	Juros	Dividendos	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>				
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	567 975	14 441	582 416
<b>Outros</b>				
Imóveis de rendimento	205 252	-	-	205 252
Empréstimos e contas a receber	-	2 946	-	2 946
<b>Investimentos não afectos</b>				
<b>Outros</b>				
Imóveis de rendimento	37 045	-	-	37 045
Empréstimos e contas a receber	-	475	-	475
<b>Total</b>	<b>242 297</b>	<b>571 396</b>	<b>14 441</b>	<b>828 134</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>				
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	570 936	13 955	584 890
Investimentos a deter até à maturidade	-	5 957	-	5 957
<b>Outros</b>				
Imóveis de rendimento	169 716	-	-	169 716
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	1 099	-	1 099
<b>Investimentos não afectos</b>				
Outros				
Imóveis de rendimento	36 625	-	-	36 625
Empréstimos e contas a receber	-	668	-	668
<b>Total</b>	<b>206 341</b>	<b>578 660</b>	<b>13 955</b>	<b>798 955</b>

## 27. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-19		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>			
Outros gastos de investimentos	65 409	-	65 409
<b>Outros</b>			
Outros gastos de investimentos	245 863	10 967	256 830
<b>Total</b>	<b>311 273</b>	<b>10 967</b>	<b>322 239</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-18		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>			
Outros gastos de investimentos	71 464	-	71 464
<b>Outros</b>			
Outros gastos de investimentos	236 218	12 249	248 468
<b>Total</b>	<b>307 682</b>	<b>12 249</b>	<b>319 931</b>

**28. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas**

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Ativos financeiros disponíveis para venda	88 000	-	88 000
<b>Outros</b>			
Terrenos e edifícios de rendimento	25 000	-	25 000
<b>Total</b>	<b>113 000</b>	<b>-</b>	<b>113 000</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Ativos financeiros disponíveis para venda	184 731	-	184 731
<b>Outros</b>			
Terrenos e edifícios de rendimento	598 038	230 078	367 960
Terrenos e edifícios de uso próprio	51 735	-	51 735
<b>Total</b>	<b>834 504</b>	<b>230 078</b>	<b>604 426</b>

**29. Perdas por imparidade (líquidas de reversão)**

O movimento nas perdas por imparidade, líquidas de reversão, foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	976 625	6 693	-	339 445	643 873
Imparidade de outros	189 678	-	-	-	189 678
<b>Total</b>	<b>1 166 304</b>	<b>6 693</b>	<b>-</b>	<b>339 445</b>	<b>833 552</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	1 097 672	3 153	-	(124 200)	976 625
Imparidade de outros	159 757	29 921	-	-	189 678
<b>Total</b>	<b>1 257 429</b>	<b>33 075</b>	<b>-</b>	<b>(124 200)</b>	<b>1 166 304</b>

### 30. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	31-dez-2018
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros	53 214	58 079
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros	1 107	14 708
	<b>54 321</b>	<b>72 787</b>
Gastos e perdas não correntes		
Outros	(25 231)	(8 158)
Perdas em outros ativos		
<b>Total</b>	<b>29 090</b>	<b>64 629</b>

### 31. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	532 872	532 872
Activos financeiros disponíveis para a venda	26 158 790	-	-	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 299 171	1 299 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 007 475	2 007 475
<b>Total</b>	<b>26 158 790</b>	<b>-</b>	<b>3 839 518</b>	<b>29 998 309</b>
		<b>Ao justo valor por via de resultados</b>	<b>Empréstimos e contas a pagar</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros		-	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações		-	3 706 503	3 706 503
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>7 158 387</b>	<b>7 158 387</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 392 795	1 392 795
Activos financeiros disponíveis para a venda	21 524 857	-	-	21 524 857
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 652 797	1 652 797
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 365 914	1 365 914
<b>Total do Ativo</b>	<b>21 524 857</b>	<b>-</b>	<b>4 411 506</b>	<b>25 936 363</b>
		Ao justo valor por via de resultados	Empréstimos e contas a pagar	Total
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros		-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações		-	3 514 881	3 514 881
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>6 323 837</b>	<b>6 323 837</b>

### 32. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

A Mútua utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os “inputs” que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam “inputs” que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Mútua encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	532 872	532 872
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 158 790	-	-	-	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 299 171	1 299 171
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 615 207	-	-	3 615 207
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 641 260	-	-	4 641 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 007 475	2 007 475
<b>Total do Ativo</b>	<b>26 158 790</b>	<b>8 256 467</b>	<b>-</b>	<b>4 528 722</b>	<b>38 943 980</b>
<b>Passivo</b>					
Outros passivos financeiros	-	-	-	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 706 503	3 706 503
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 158 387</b>	<b>7 158 387</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 392 795	1 392 795
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 524 857	-	-	-	21 524 857
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 652 397	1 652 397
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 577 152	-	-	3 577 152
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 624 260	-	-	4 624 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 365 914	1 365 914
<b>Total do Ativo</b>	<b>21 524 857</b>	<b>8 201 412</b>	<b>-</b>	<b>5 100 310</b>	<b>34 826 579</b>
<b>Passivo</b>					
Outros passivos financeiros	-	-	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 514 881	3 514 881
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 323 837</b>	<b>6 323 837</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
<b>Ativo</b>		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	532 872
Investimentos em subsidiárias	689 204	689 204
Activos financeiros disponíveis para a venda	26 158 790	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	1 299 171	1 299 171
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 615 207	3 615 207
Terrenos e edifícios de rendimento	4 641 260	4 641 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 007 475	2 007 475
<b>Total do Ativo</b>	<b>38 943 980</b>	<b>38 943 980</b>
<b>Passivo</b>		
Outros passivos financeiros	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 706 503	3 706 503
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 158 387</b>	<b>7 158 387</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
<b>Ativo</b>		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 392 795	1 392 795
Investimentos em subsidiárias	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 524 857	21 524 857
Empréstimos e contas a receber	1 652 397	1 652 397
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 577 152	3 577 152
Terrenos e edifícios de rendimento	4 624 260	4 624 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 365 914	1 365 914
<b>Total do Ativo</b>	<b>34 826 579</b>	<b>34 826 579</b>
<b>Passivo</b>		
Outros passivos financeiros	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 514 881	3 514 881
<b>Total do Passivo</b>	<b>6 323 837</b>	<b>6 323 837</b>

A Administração da Mútua considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

### 33. Gestão de riscos, objetivos e políticas

A gestão dos riscos é assumida como um dos pilares da Mútua no suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. Assim sendo, um dos principais objetivos da Mútua é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, acionistas, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Mútua adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juro e os preços das ações podem afetar o rendimento da empresa ou do valor dos seus ativos em instrumentos financeiros. O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A principal componente do risco de mercado para a Mútua é o risco de taxa de juro, nomeadamente as obrigações de taxa de juro fixa. O risco cambial e o risco de preços é irrelevante para a Mútua visto não apresentar instrumentos financeiros com estas características.

### **Risco de taxa de juro**

Na carteira de ativos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses ativos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos ativos com entradas de caixa fixas, reduz-se, e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em ativos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa de juro também afeta ativos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixados, para um determinado prazo.

À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	532 872	532 872
Ativos financeiros disponíveis para a venda	24 702 229	1 456 561	-	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	550 171	749 000	-	1 299 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 007 475	2 007 475
<b>Total do Ativo</b>	<b>25 252 400</b>	<b>2 205 561</b>	<b>2 540 347</b>	<b>29 998 309</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	-	-	3 451 884	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 706 503	3 706 503
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 158 387</b>	<b>7 158 387</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 392 795	1 392 795
Ativos financeiros disponíveis para a venda	19 941 177	1 583 680	-	21 524 858
Empréstimos e contas a receber	900 000	752 397	-	1 652 397
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 365 914	2 024 747
<b>Total do Ativo</b>	<b>20 841 177</b>	<b>2 336 077</b>	<b>2 758 709</b>	<b>26 595 197</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	-	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 514 881	3 514 881
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 323 837</b>	<b>6 323 837</b>

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	2019			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(1 829 579)	(943 875)	1 829 579	943 875
<b>Total Ativo</b>	<b>(1 829 579)</b>	<b>(943 875)</b>	<b>1 829 579</b>	<b>943 875</b>

(montantes expressos em Euros)

	2018			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(3 066 873)	(1 606 042)	3 066 873	1 606 042
<b>Total Ativo</b>	<b>(3 066 873)</b>	<b>(1 606 042)</b>	<b>3 066 873</b>	<b>1 606 042</b>

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Mútua incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Mútua se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros;
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Mútua procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição a risco de crédito apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	-	532 872
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 802 663	643 873	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	1 488 849	189 678	1 299 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 007 475	-	2 007 475
<b>Total do Ativo</b>	<b>30 831 860</b>	<b>833 552</b>	<b>29 998 309</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 392 795	-	1 392 795
Activos financeiros disponíveis para a venda	22 501 482	976 625	21 524 857
Empréstimos e contas a receber	1 842 075	189 678	1 652 397
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 365 914	-	1 365 914
<b>Total do Ativo</b>	<b>27 102 267</b>	<b>1 166 304</b>	<b>25 935 963</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, por país de origem da contraparte apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2019	31-dez-2018
<b>Depósitos em instituições de crédito</b>		
BB-	550 000	300 000
B+	-	600 000
N/D	600 000	600 000
<b>Sub-total</b>	<b>1 150 000</b>	<b>1 500 000</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
AAA	-	2 201 040
AA+	-	1 744 350
AA	2 360 285	98 070
AA-	1 886 575	31 1650
A	229 090	3 967 425
A-	5 850 170	400 820
BBB+	110 190	3 998 760
BBB	9 841 928	5 393 658
BBB-	1 518 765	737 140
BB+	950 410	309 490
BB	433 440	-
N/D	2 048 550	1 518 230
<b>Sub-total</b>	<b>25 229 403</b>	<b>20 680 633</b>
<b>Total geral</b>	<b>26 379 403</b>	<b>22 180 633</b>

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2019							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	198 822	69 295	139 871	116 502	37 200	322 683	(779 927)	104 446
Acidentes pessoais	22 635	11 959	7 614	15 289	5 430	63 477	(107 568)	18 836
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	-	-	-	(58)	(58)
Multirriscos	75	3 296	539	329	292	80 119	(79 693)	4 956
Marítimo	2 373	36 240	21 983	16 270	7 279	86 653	(107 548)	63 250
<b>Total</b>	<b>223 906</b>	<b>120 790</b>	<b>170 006</b>	<b>148 389</b>	<b>50 200</b>	<b>552 933</b>	<b>(1074794)</b>	<b>191 430</b>

*(montantes expressos em Euros)*

	31-dez-2018							Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	
Acidentes de trabalho	124 749	55 465	139 611	97 456	44 202	334 499	(695 806)	100 176
Acidentes pessoais	28 538	12 492	7 700	14 156	9 877	68 653	(119 907)	21 510
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	-	-	-	-	-
Multirriscos	67	3 280	187	194	287	79 373	(79 252)	4 135
Marítimo	670	38 406	22 213	27 691	42 993	94 914	(127 295)	99 593
<b>Total</b>	<b>154 024</b>	<b>109 643</b>	<b>169 711</b>	<b>139 497</b>	<b>97 359</b>	<b>577 440</b>	<b>(1022260)</b>	<b>225 415</b>

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco da Mútua não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os ativos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da atividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Mútua. Desta forma, a Mútua avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019								Total	
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeter-minado		
<b>Ativo</b>										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	532 872	-	-	-	-	-	-	-	-	532 872
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	689 204	-	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	313 346	1 418 998	1 473 376	6 156 616	16 796 454	-	26 158 790
Empréstimos e contas a receber	-	-	600 169	-	550 002	-	-	149 000	-	1 299 171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	365 456	194 184	111 515	291 861	187 549	-	6 696	850 213	-	2 007 475
<b>Total do Ativo</b>	<b>898 329</b>	<b>194 184</b>	<b>711 684</b>	<b>605 208</b>	<b>2 156 549</b>	<b>1 473 376</b>	<b>6 163 312</b>	<b>18 484 871</b>	<b>-</b>	<b>30 687 512</b>
<b>Passivo</b>										
Outros passivos financeiros	-	-	3 451 884	-	-	-	-	-	-	3 451 884
Outros credores por operações de seguros e outras operações	717 889	-	117 238	2 871 376	-	-	-	-	-	3 706 503
<b>Total do Passivo</b>	<b>717 889</b>	<b>-</b>	<b>3 569 121</b>	<b>2 871 376</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 158 387</b>
<b>Total da posição líquida</b>	<b>180 440</b>	<b>194 184</b>	<b>(2 857 437)</b>	<b>(2 266 169)</b>	<b>2 156 549</b>	<b>1 473 376</b>	<b>6 163 312</b>	<b>18 484 871</b>	<b>-</b>	<b>23 529 126</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018								Total	
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeter-minado		
<b>Ativo</b>										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 392 795	-	-	-	-	-	-	-	-	1 392 795
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	689 204	-	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	105 318	-	-	313 167	694 397	734 017	4 266 877	15 411 082	-	21 524 858
Empréstimos e contas a receber	300 005	600 017	-	600 090	-	-	-	152 686	-	1 652 797
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34 026	159 034	42 850	420 113	1 053	-	79 900	628 938	-	1 365 914
<b>Total do Ativo</b>	<b>1 832 144</b>	<b>759 051</b>	<b>42 850</b>	<b>1 333 371</b>	<b>695 450</b>	<b>734 017</b>	<b>4 346 777</b>	<b>16 881 909</b>	<b>-</b>	<b>26 625 568</b>
<b>Passivo</b>										
Outros passivos financeiros	-	-	2 808 956	-	-	-	-	-	-	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	750 195	367	173 355	2 589 524	1 440	-	-	-	-	3 514 881
<b>Total do Passivo</b>	<b>750 195</b>	<b>367</b>	<b>2 982 310</b>	<b>2 589 524</b>	<b>1 440</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 323 837</b>
<b>Total da posição líquida</b>	<b>1 081 948</b>	<b>758 684</b>	<b>(2 939 460)</b>	<b>(1 256 153)</b>	<b>694 010</b>	<b>734 017</b>	<b>4 346 777</b>	<b>16 881 909</b>	<b>-</b>	<b>20 301 731</b>

### Risco operacional

Uma série de causas associadas aos processos da Mútua, o pessoal, a tecnologia e infra-estrutura e riscos de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e normas de comportamento empresarial geralmente aceites. O objetivo da Mútua é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

## **Risco do Seguro**

A Mútua tem vindo a adequar a sua estrutura e os seus procedimentos com vista a dar resposta às exigências que se colocam na área da gestão de riscos.

O sistema de gestão de riscos da Mútua dos Pescadores compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta. Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente a Mútua ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Relativamente ao Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

### *i. No Desenho de Produtos (novo produto)*

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pela Mútua;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da Mútua.

### *ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)*

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentado-se os seus princípios como segue:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pela Mútua e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

### Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos “plafonds” para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador;
- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

### Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade;
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

### Multiriscos

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Por princípio, não são realizadas cobertura de Riscos Industriais;
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do Proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem;
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco;
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

iii. Risco de prémio

- O risco dos prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub-tarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise é tomado em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos;
- São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes;
- É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. Risco de aprovisionamento

- Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado;
- No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento;
- A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais. A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo em Acidentes de trabalho as responsabilidades vida (provisões matemática e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ano de Ocorrência											
2010	4 740 494	5 965 941	6 070 030	6 062 429	6 029 409	6 069 537	6 099 248	6 510 019	6 462 676	6 469 270	
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902	4 427 932		
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	3 130 952			
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	4 203 963				
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	3 192 873					
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	3 813 110						
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	4 381 541							
2017	1 935 842	3 432 535	3 538 254								
2018	2 111 894	3 279 939									
2019	2 889 016										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2019	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ano de Ocorrência											
2010	7 200 347	6 925 897	6 795 536	6 596 446	6 552 625	6 586 690	6 530 617	6 552 960	6 543 881	6 470 270	
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276	4 529 103		
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	3 134 949			
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	4 624 084				
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	3 245 687					
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	3 984 012						
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	4 611 474							
2017	4 373 225	4 043 344	4 021 395								
2018	4 282 031	4 293 998									
2019	5 410 520										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)							
	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
Ano de ocorrência								
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	-
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	-	-
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	-	-	-
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	-	-	-	-
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	-	-	-	-	-
2017	1 935 842	3 432 535	-	-	-	-	-	-
2018	2 111 894	-	-	-	-	-	-	-

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)							
	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
Ano de ocorrência								
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	-
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	-	-
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	-	-	-
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	-	-	-	-
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	-	-	-	-	-
2017	4 373 225	4 043 344	-	-	-	-	-	-
2018	4 282 031	-	-	-	-	-	-	-

#### v. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos. No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação. Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

#### vi. Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, a Mútua celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentado os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos não vida	Tipo de resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

### Comportamento da carteira de não-vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como segue:

Ramos	Ac.Trabalho		Ac.Pessoais		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Rácio Sinistralidade	81%	78%	40%	41%	-221%	2092%	70%	64%	77%	69%	75%	70%
Rácio de Despesas	7%	7%	57%	56%	43%	40%	54%	55%	26%	28%	20%	21%
Rácio Combinado	88%	85%	97%	97%	-179%	2132%	125%	120%	102%	97%	94%	91%

### 34. Gestão de capital

A Seguradora privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. A Mútua gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do exercício a Mútua aprofundou o processo de Solvência II.

É entendimento da Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Seguradora dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2019 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado nos termos do normativo aplicável.

### 35. Compromissos e contingências

As garantias concedidas pela Mútua apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Município da Moita	12 203
Millennium BCP	Petrogal	6 210
Millennium BCP	Tribunal de Trabalho de Lisboa	9 976
BPG	Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo	22 475
BBVA	Tribunal de Trabalho de Matosinhos	44 892

A Mútua celebrou contratos de locação operacional, como locadora relativamente aos terrenos e edifícios de rendimento. Os contratos de locação têm em média 3 anos, apresentando-se com os compromissos como segue:

(montantes expressos em Euros)

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
2019	135 657	90 965	15 675
2018	121 624	66 447	18 269
<b>Total</b>	<b>257 281</b>	<b>157 412</b>	<b>33 944</b>

### 36. Partes relacionadas

A Mútua apresenta uma entidade subsidiária, a Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

Em 31 de dezembro de 2019, a Mútua apresentava valores a pagar no montante de 24.380 euros (15.212 euros em 31 de dezembro de 2018).

Durante o exercício de 2019, os encargos com as comissões de mediação da Ponto Seguro ascenderam a 240.703 euros (201.198 euros em 2018).

#### As remunerações do pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2019, as remunerações ao pessoal-chave de gestão ascendeu a 314.308 euros (297.377 euros em 2018).

### 37. Acontecimentos após a data de balanço

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus (Covid 19) como uma pandemia. À data da emissão das presentes demonstrações financeiras, existem diversos países que declara-

ram o estado de emergência, decretando, entre outras limitações, encerramento de algumas atividades económicas e restrições nas deslocações, embora estas medidas estejam a ser progressivamente levantadas.

Estas medidas conduziram ao abrandamento abrupto da economia, quer a nível nacional, quer a nível internacional, não se sabendo à presente data qual o seu desenvolvimento.

A Mútua está a proceder ao acompanhamento desta situação, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista financeiro. O Conselho de Administração encontra-se a monitorar e a adotar medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e a proceder a uma gestão cuidada da liquidez.

Os impactos da pandemia quer a curto prazo quer a médio longo prazo são difíceis de se prever. Contudo, apesar das suas potenciais implicações, o Conselho de Administração não considera existirem indícios para questionar a aplicação do princípio da continuidade do negócio da Mútua.

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, para além da situação acima identificada, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Mútua que afetem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

### **38. Outros assuntos**

O Revisor Oficial de Contas, para além do serviço de Revisão Legal de Contas, prestou os seguintes serviços permitido por lei e regulamentação em vigor:

- Relatório do Revisor Oficial de contas sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno quando aos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e à política antifraude nos termos do n.º 2 da circular da ASF n.º 1/2017;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### **O Contabilista Certificado**

António dos Santos Monteiro

#### **O Conselho de Administração**

José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente

João Paulo Quinzico Delgado - Vice-Presidente

Álvaro José Bota Guia

Arsénio Marques Caetano

Filipe Manuel Santos Dias Marques

Jerónimo Gomes Viana

José Luis Marques Cabrita

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
PONTO SEGURO, LDª							
					689 204		689 204
							0
							0
	0				689 204		689 204
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	0				689 204		689 204
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
					0		0
1.1.9 - Outros títulos em filiais							
1.1.10 - Outros títulos em associadas							
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
					0		0
	0				689 204		689 204
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
					0		0
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
					0		0
1.2.9 - Outros títulos em filiais							
1.2.10 - Outros títulos em associadas							
1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
					0		0
					0		0
	0				689 204		689 204
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BCP - Nom.e Port.Reg.	34 768	0,00		4,26	148 279	0	7 051
PHAROL	5 247	0,03		8,17	42 880	0	523
Mota - Engil, SGPS	8 716	1,00		2,88	25 065	2	16 299
REN - Redes E. Nacionais, SGPS	16 650	1,00		3,01	50 047	3	45 288
SONAE Indústria, SGPS	4 169	0,00		13,73	57 256	1	3 627
Intersismet, SA	14 812	5,00		7,09	105 009	0	-
C.Portuguesa Cobre-SGPS	687	4,99		6,13	4 210	0	0
Geofinança - Port.	465	4,99		60,78	28 261	0	0
Gregório & Companhia	500	4,99		14,96	7 482	0	0
							0
	86 014				468 488		72 788
							0
2.1.1.2 - Títulos de participação							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
Millennium Acções Portugal	11 932			10,4652	124 872	15	178 630
Fundimo	4 905			5,9881	29 372	8	37 462
							0
	16 837				154 243		216 092
2.1.1.4 - Outros							
Fundo Compensação de trabalho							5 217
	0				0		0
	102 851				622 731		294 096
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
Consolidado-1942		10 150,54	82,99%		10 151		8 474
Consolidado-1943		11 497,29	76,00%		11 497		8 751
Consolidado Cent.-1940		15 013,81	100,49%		15 014		15 387
O.T.-Abril-4,10%-15/04/2037		650 000	148,57%		681 158		984 689
O.T.-Fevereiro-4,10%-15/02/2045		400 000	158,02%		438 514		646 413
O.T.-Outubro-2,875%-15/10/2025		750 000	115,97%		770 108		874 324
O.T.-Fevereiro-3,875%-15/02/2030		550 000	133,11%		564 591		750 732
O.T.-Outubro-2,20%-17/10/2022		250 000	107,10%		248 992		268 880
O.T.-Julho-2,875%-21/07/2026		650 000	117,37%		640 998		771 199
O.T.-Abril-4,125%-14/04/2027		300 000	127,76%		326 409		392 095
O.T.-Abril-2,250%-18/04/2034		250 000	119,33%		248 815		302 288
OTRV-Novembro-Tx.Var.-30/11/2021		75 000	103,80%		75 032		77 971
OTRV-Agosto-Tx.Var.-02/08/2022		155 000	104,08%		155 000		162 364
OTRV-Dezembro-Tx.Var.-05/12/2022		116 000	103,09%		116 000		119 677
							5 383 240
					4 302 278		0
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
2.1.2.3 - De outros emissores							
GALP - 3,00% - 14/01/2021		300 000	103,08%		303 030		317 895
PESTANA - 3,95% - 15/07/2022		300 000	103,50%		299 555		315 987
PTC - 6,25% - 26/07/2016		5 000	0,00%		5 000		0
TOYOTA CAETANO PORT. - Tx.Var. - 09/08/2023		200 000	100,00%		200 243		201 689
SAUDAÇOR - Tx.Var. - 28/06/2023		200 000	97,64%		200 221		195 288
Emasa-S.A-88		9 976	0,00%		9 976		0
Mota Engil-4,3750% - 30/10/2024		200 000	99,95%		200 312		201 358
PESTANA-2,50% - 23/09/2025		100 000	100,00%		99 463		100 678
Emasa-S.B-88		9 976	0,00%		9 976		0
Emasa-S.C-88		9 976	0,00%		9 976		0
Emasa-S.D-88		9 976	0,00%		9 976		0
Emasa-S.E-88		9 976	0,00%		9 976		0
Bráz & Bráz-88/97		49 880	0,00%		49 811		0
							1 332 895
							6 716 135
	102 851				6 332 525		7 010 231
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
E.ON - SE	785			25,81	20 260	10	7 476
UNIPER - SE	78			0,00	0	30	2 302
GAS NATURAL	1 857			26,17	48 593	22	41 597
TELEFONICA	3 507			15,23	53 396	6	21 838
BOUYGUES	1 525			32,86	50 104	38	57 767
ORANGE	2 500			20,22	50 546	13	32 800

Anexo 1

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
ENI, STK	1 726			14,52	25 065	14	23 988
sub-total	11 978				247 965		187 768
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total					0		0
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LYXOR ETF CAC 40	1 755			42,74	75 001	58	102 562
LYXOR EASTERN EUROPE ETF	2 640			22,78	60 142	21	55 150
sub-total	4 395				135 143		157 712
2.2.1.4 - Outros							
sub-total					0		0
sub-total	16 373				383 108		345 480
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB - 4,25% - 28/09/2021		100 000	108,45%		99 952		109 545
BGB - 2,25% - 22/06/2023		150 000	109,62%		151 026		166 187
BGB - 3,00% - 22/06/2034		300 000	136,56%		327 840		414 365
BGB - 1,00% - 22/06/2031		850 000	108,74%		808 259		928 715
BGB - 1,25% - 22/04/2033		250 000	108,74%		251 577		281 891
SPGB - 4,00% - 30/04/2020		200 000	101,40%		199 795		208 170
SPGB - 4,40% - 31/10/2023		300 000	117,47%		332 987		354 616
SPGB - 1,60% - 30/04/2025		150 000	108,48%		151 542		164 331
SPGB - 1,95% - 30/07/2030		1 050 000	114,43%		1 041 277		1 210 154
SPGB - 1,30% - 31/10/2026		450 000	107,58%		453 139		485 088
SPGB - 1,50% - 30/04/2027		450 000	109,20%		453 913		495 931
SPGB - 4,20% - 31/01/2037		300 000	152,28%		365 645		468 370
SPGB - 1,40% - 30/04/2028		300 000	108,85%		297 276		329 369
SPGB - 2,70% - 31/10/2048		300 000	132,78%		384 318		399 694
SPGB - 1,85% - 30/07/2035		300 000	114,16%		300 332		344 822
FRTR - 4,25% - 25/10/2023		350 000	118,18%		382 089		416 360
FRTR - 2,25% - 25/10/2022		150 000	107,98%		150 063		162 590
FRTR - 2,50% - 25/05/2030		250 000	124,46%		274 354		314 883
FRTR - 1,25% - 25/05/2036		650 000	111,81%		648 732		731 618
FRTR - 0,25% - 25/11/2026		150 000	102,76%		149 471		154 177
FRTR - 2,00% - 25/05/2048		200 000	128,24%		208 344		258 869
FRTR - 1,25% - 25/05/2034		300 000	112,05%		301 559		338 390
BTPS - 4,75% - 01/08/2023		300 000	115,77%		332 981		353 244
BTPS - 5,00% - 01/09/2040		100 000	145,18%		128 118		146 824
BTPS - 5,50% - 01/09/2022		200 000	114,27%		219 290		232 156
BTPS - 4,75% - 01/09/2044		100 000	144,62%		126 504		146 182
BTPS - 1,65% - 01/03/2032		450 000	99,09%		433 634		448 346
BTPS - 1,60% - 01/06/2026		450 000	104,67%		443 311		471 587
BTPS - 2,25% - 01/09/2036		650 000	104,95%		641 278		686 983
BTPS - 2,45% - 01/09/2033		300 000	107,71%		292 455		325 546
BTPS - 2,20% - 01/06/2027		200 000	108,08%		197 334		216 510
BTPS - 2,05% - 01/08/2027		200 000	106,95%		203 559		215 607
BTPS - 2,00% - 01/02/2028		200 000	106,89%		190 405		215 446
BTPS - 3,100% - 01/03/2040		200 000	114,29%		234 631		230 635
CHILE - 1,44% - 01/02/2029		100 000	107,72%		100 047		109 034
sub-total					11 277 038		12 536 233
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total					0		0
2.2.2.3 - De outros emissores							
MAPFRE - 1,625% - 19/05/2026		100 000	107,41%		102 606		108 412
AREVA - 3,125% - 20/03/2023		200 000	106,02%		199 296		216 937
INFRA PARK - 2,125% - 16/04/2025		100 000	108,94%		100 373		110 448
EDF - 1,00% - 13/10/2026		200 000	104,52%		197 306		209 467
EDF - 1,8750% - 13/10/2036		100 000	107,82%		112 268		108 226
DGFP - 1,375% - 27/06/2028		100 000	108,04%		100 091		108 744
PEMEX - 5,50% - 24/02/2025		100 000	114,00%		115 373		118 656
PORTEL - 4,375% - 24/03/2017		150 000	0,00%		148 740		0
LEH - Float - 20/07/2012		350 000	0,00%		350 071		0
BHP - 3,25% - 24/09/2027		100 000	121,37%		101 538		122 243
PETBRA - 4,25% - 02/10/2023		100 000	113,15%		98 961		114 198
TELEFONICA - 3,987% - 23/01/2023		100 000	111,96%		104 143		115 696
REPSOL - 2,625% - 28/05/2020		100 000	101,11%		99 790		102 671
IBESM - 2,875% - 11/11/2020		100 000	102,67%		99 963		103 064
ENI - 3,25% - 10/07/2023		150 000	111,15%		150 585		169 049
ELEPOR - 4,875% - 14/09/2020		100 000	103,50%		100 406		104 916
PETBRA - 4,75% - 14/01/2025		100 000	115,12%		104 690		119 688
ELEPOR - 4,125% - 20/01/2021		200 000	104,33%		199 846		216 435
PEMEX - 3,75% - 16/04/2026		100 000	102,75%		105 255		105 411
MTNA - 2,875% - 06/07/2020		150 000	101,51%		150 703		154 344
ELEPOR - 2,625% - 18/01/2022		100 000	105,35%		102 413		107 846
TELEFONICA - 2,932% - 17/10/2029		100 000	119,35%		104 973		119 952
REPSOL - 2,25% - 10/12/2026		200 000	113,05%		199 110		226 359
UNIPOL - 3,00% - 18/03/2025		200 000	106,71%		214 321		218 154
IBERIA - 3,50% - 28/05/2022		500 000	104,33%		497 567		532 054
ZAINL - 1,875% - 27/07/2027		200 000	102,88%		202 503		208 308
CEMEX - 4,625% - 15/06/2024		100 000	104,05%		104 316		104 243
ELEPOR - 1,125% - 12/02/2024		100 000	103,43%		98 498		104 436
ENI - 1,125% - 19/09/2028		100 000	104,67%		99 121		104 987
ATLIM - 1,625% - 03/02/2025		200 000	95,33%		194 291		193 607
ALTIM - 1,875% - 13/07/2027		200 000	92,10%		196 177		185 957
TITIM - 2,375% - 12/10/2027		150 000	101,94%		142 754		153 671
IBESM - 1,621% - 29/11/2029		200 000	110,17%		198 050		220 624
SANTAN - 1,125% - 17/01/2025		200 000	103,31%		192 033		208 765
ACSSCE - 1,875% - 20/04/2026		200 000	105,62%		199 880		213 860
INDRA - 3,00% - 19/04/2024		200 000	105,99%		211 216		216 188
PEMEX - 4,750% - 26/02/2029		100 000	106,00%		104 862		110 008
PEMEX - 2,50% - 24/11/2022		100 000	103,63%		100 860		103 877
BAYNGR - 2,125% - 15/12/2029		100 000	110,19%		102 655		110 283
TITIM - 2,875% - 28/01/2026		200 000	105,30%		200 799		215 909
ENIIM - 1,00% - 11/10/2034		100 000	97,67%		99 649		97 810
DUFN - 2,00% - 15/02/2027		100 000	101,12%		100 050		101 342
sub-total					6 408 101		6 266 846
sub-total					17 685 139		18 803 079
sub-total	16 373				18 068 246		19 148 559
2.3 - Derivados de negociação							
sub-total					0		0
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total					0		0
total	119 224				24 400 771		26 158 790
3 - TOTAL GERAL	119 224				25 089 975		26 847 994

\*Inclui o valor dos juros decorridos.

O Contabilista Certificado  
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luís Marques Cabrita

## DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2

(montantes expressos em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA	-	-	-	-
ACIDENTES E DOENÇA	14 463 762	2 463 731	12 393 723	393 692
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	104 657	84 350	25 216	4 909
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 556 094	649 463	1 856 053	-50 579
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>17 124 513</b>	<b>3 197 545</b>	<b>14 274 991</b>	<b>348 023</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Contabilista Certificado  
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

## DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3

(montantes expressos em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	3 794 070	842 823	623 172	5 260 065
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	140 876	57 699	-9 505	189 070
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 799 154	158 330	552 587	2 510 072
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
	<b>5 734 100</b>	<b>1 058 852</b>	<b>1 166 254</b>	<b>7 959 206</b>
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 734 100</b>	<b>1 058 852</b>	<b>1 166 254</b>	<b>7 959 206</b>

O Contabilista Certificado  
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

## DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4

(montantes expressos em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	7 116 596	7 093 580	5 260 065	1 110 114	-200 232
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	273 252	272 269	189 070	148 657	-48 285
AUTOMÓVEL	-	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 275 027	3 225 663	2 510 072	842 569	-132 490
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-	-
	<b>10 664 875</b>	<b>10 591 512</b>	<b>7 959 206</b>	<b>2 101 340</b>	<b>-381 007</b>
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10 664 875</b>	<b>10 591 512</b>	<b>7 959 206</b>	<b>2 101 340</b>	<b>-381 007</b>

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

O Contabilista Certificado  
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,  
Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Marques Cabrita

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

**MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,**

**1.** Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL. elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2019.

**2.** No desempenho das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício, a atividade e gestão da empresa em todas as matérias do seu âmbito de competências, esteve presente, a convite, nas reuniões do Conselho Nacional, efetuou reuniões com os responsáveis técnicos das áreas financeiras e da contabilidade e sempre que possível com o Revisor Oficial de Contas desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Procedemos ao exame dos registos e documentos de suporte, analisámos o Relatório de Gestão, a Demonstração da posição financeira (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração das variações no capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Notas às Demonstrações Financeiras, apreciamos a Certificação Legal das Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido, as Demonstrações Financeiras, elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes e que refletem a atividade e situação financeira da empresa. Para além da análise aos documentos o Conselho Fiscal obteve sempre todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

**3.** Considera o Conselho Fiscal que os resultados do exercício refletem o esforço de toda a estrutura da Mútua para levar por diante as linhas condutoras assumidas e fazer cumprir os objetivos propostos, só possível com o empenho e dedicação de todos, dirigentes, trabalhadores e colaboradores.

Destacamos, comparando com o ano anterior, o aumento de 17.1% dos Prémios Brutos Emitidos, atingindo o montante de 10.664.875€, o aumento do Capital Próprio de 2.051.036€, o acréscimo nas Cobranças de 16%, o total da carteira de Investimentos no valor de 36.502.425€ com aumento dos rendimentos de 3.7%, a taxa de sinistralidade bruta de 74.6%, o aumento de 6.5% dos Custos por Natureza (Despesas Gerais), a taxa de cobertura das Provisões Técnicas de 164% e o Resultado Líquido positivo de 525.434€ que provem do resultado técnico não-vida de 765.217€ deduzido do resultado não técnico de 6.890€ e do valor dos impostos de 232.892€.

Quanto à Posição Financeira, salientamos o Capital Próprio de 12.984.616€, o Ativo Líquido de 43.377.301€ com destaque para o total dos Investimentos de 36.502.425€, o Passivo de 30.392.684€ onde as Provisões Técnicas de Seguro Direto representam 19.889.546€.

**4. Parecer**

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2019, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração;

**5.** Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Mútua toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 26 de maio de 2020

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente  
Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal  
José Joaquim Salvado Mesquita, Vogal



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 43.377.301 euros e um total de capital próprio de 12.984.616 euros, incluindo um resultado líquido de 525.434 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASES

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia. Os recentes desenvolvimentos resultantes desta pandemia têm impacto significativo quer a nível nacional, quer a nível internacional. Estes desenvolvimentos aumentam o grau de incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da Entidade encontram-se divulgados na nota 7 do relatório de gestão e na nota 37 das notas anexas às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Reconhecimento e mensuração de imparidade em Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</b> (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.2 e 5 das notas anexas às demonstrações financeiras)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>As demonstrações financeiras da Entidade, em 31 de dezembro de 2019, incluem um montante 689.204 euros de em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (igual montante em 31 de dezembro de 2018).</p> <p>Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade, numa base anual. Esta avaliação requer julgamento, baseando-se em pressupostos quanto às condições económicas financeiras das subsidiárias e de mercado (taxa de desconto, inflação, taxas de crescimento e projeções da informação financeira prospetiva, entre outras).</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;</li> <li>• Avaliação dos pressupostos utilizados pelos modelos de avaliação, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento e informação financeira prospetiva;</li> <li>• Análise da consistência dos pressupostos utilizados na preparação do modelo de negócio dos anos anteriores face a dados históricos; e</li> <li>• Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.</li> </ul>

<b>Valorização dos Ativos financeiros disponíveis para venda (incluindo as perdas por imparidade)</b> (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.3 e 6 das notas anexas às demonstrações financeiras)	
<p><b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b></p> <p>As demonstrações financeiras da Entidade, em 31 de dezembro de 2019, incluem no seu balanço ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor, em 31 de dezembro de 2019, no montante de 26.158.790 euros (21.524.858 euros em 31 de dezembro de 2018). Estes ativos representam a rubrica mais significativa da Entidade. A mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor (incluindo a determinação das perdas por imparidade), encontra-se detalhada nas políticas contabilísticas constantes na nota 2.5 das notas anexas às demonstrações financeiras. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado à determinação da valorização e perdas por imparidade dos instrumentos financeiros.</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Os procedimentos efetuados para validar os instrumentos financeiros incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;</li> <li>• Teste à valorização da carteira dos instrumentos financeiros;</li> <li>• Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; e</li> <li>• Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.</li> </ul>
<b>Valorização dos Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento</b> (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.4 e 2.4.5, 8 e 9 das notas anexas às demonstrações financeiras)	
<p><b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b></p> <p>A Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2019, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 3.615.207 euros e 4.641.260 euros, respetivamente (3.577.152 euros e 4.624.260 euros em 31 de dezembro de 2018). A Entidade utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo de mercado, pelo método do custo de reposição e pelo método de rendimento. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos avaliadores externos.</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;</li> <li>• Avaliação das metodologias de valorização dos imóveis;</li> <li>• Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis;</li> <li>• Avaliação da competência dos avaliadores externos; e</li> <li>• Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.</li> </ul>
<b>Mensuração das Provisão para sinistros de seguro direto</b> (Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros de seguro direto apresentadas nas notas 2.4.16 e 17 das notas anexas às demonstrações financeiras).	
<p><b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b></p> <p>A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades da Entidade, ascendendo a 18.281.754 euros em 31 de dezembro de 2019 (17.124.513 euros em 31 de dezembro de 2018). A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o julgamento significativo por parte do órgão de gestão.</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Os procedimentos efetuados para validar a mensuração das provisões matemáticas e passivos financeiros incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;</li> <li>• Testes efetuados às fontes de informação da Entidade;</li> <li>• Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado;</li> <li>• Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura;</li> <li>• Seleção de amostras para execução de testes de detalhe; e</li> <li>• Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.</li> </ul>

## RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado

de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014


Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez em assembleia geral de cooperadores, realizada em 20 de março de 2016, para o exercício de 2016.
- Fomos eleitos em assembleia geral de cooperadores realizada em 19 de março de 2017, para um segundo mandato, compreendido entre 2017 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de maio de 2020

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.**

Representada por

  
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266

# PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2020 - 2022

(Documento aprovado na Assembleia Geral de 15/12/19)

## 1. Introdução

De acordo com os principais indicadores económicos e tendo por referência o que à data se conhece como Projeto de Plano Orçamental para 2020 (documento enviado pelo Governo à Comissão Europeia), poder-se-á esperar que a atividade económica no próximo ano se desenvolva em linha com o que temos vivido em 2019, ainda que com ligeira variação do Produto Interno Bruto.

Naturalmente, a economia portuguesa depende do sentido das políticas europeias e, sobretudo, das opções do Governo Português, designadamente, em termos do investimento público uma vez que este se correlaciona com o investimento privado e com o consumo de bens e serviços por parte das famílias.

Neste sentido, sendo positiva a evolução estimada do PIB, da taxa de desemprego, e de indicadores mais específicos como a “confiança dos consumidores” e o “sentimento económico”, consideramos que as perspetivas da atividade económica poderão continuar a situar-se num clima favorável, o que pode refletir-se também no crescimento do setor segurador (ao longo de 2019 cresceu na globalidade 5%, apesar do desempenho negativo dos Ramos Vida que reduziram o volume de prémios brutos emitidos).

A Mútua dos Pescadores, para além da influência do clima económico geral, é ainda fortemente condicionada pelos resultados económicos da pesca. E, neste sentido, apesar do crescimento do nosso volume de negócios na pesca, em 2018 e 2019, as fortes limitações das políticas da União Europeia para a pesca em Portugal, com quotas progressivamente mais restritivas e aplicáveis a várias espécies, a redução e envelhecimento acentuado da frota e dos trabalhadores especializados, continuarão a gerar fortes limitações ao desenvolvimento desta importante atividade económica.

Ao celebrar o Dia Nacional do Mar, em Sesimbra, em parceria com a Câmara Municipal e a Docapesca, a Mútua continuou a afirmar a sua condição de seguradora especializada no mar e, particularmente, no sector da pesca profissional, orientando a sua ação para a defesa dos que trabalham e vivem o mar. Como empresa social e ambientalmente responsável, continuaremos a acompanhar os objetivos e projetos de defesa da segurança das pessoas e das embarcações no mar, bem como de práticas que visem o equilíbrio entre uma exploração racional e a sustentabilidade das espécies.

## 2. Geral

No momento em que preparamos o Plano de Atividades e Orçamento para os anos de 2020, 2021 e 2022 registamos um crescimento da produção e uma estimativa de resultados que nos permitem confiar que a estratégia gizada para o mandato foi adequada e tem vindo a ser concretizada.

Mantendo-se a orientação de trabalhar sobre os vetores estratégicos definidos, consolidando a nossa liderança nos seguros da pesca e das atividades marítimo-turísticas, pretende-se reforçar a carteira de embarcações de recreio, e de outras atividades náuticas, aumentando a nossa quota nos diferentes ramos de seguros que exploramos.

Na nossa organização interna prosseguiremos os esforços de implementação das várias diretivas nacionais e internacionais, nas áreas financeira, técnica e comercial, respondendo, nomeadamente, à Lei de Distribuição de Seguros, ao Regime Geral de Proteção de Dados, e às novas Normas de Relato Financeiro, apenas para referir exemplos que impactam em todos os domínios da vida das empresas, condicionando as suas práticas e os seus investimentos.

Mantendo-se o processo, iniciado nos últimos anos, de renovação de quadros face à estrutura etária da Cooperativa, bem como à necessidade de responder com novas qualificações às permanentes exigências da atividade, sublinha-se a importância de continuar a investir na formação e integração dos novos quadros, e na adequação da nossa estrutura orgânica.

Do ponto de vista da participação da Mútua em entidades representativas do setor segurador e do setor cooperativo, destacamos a necessidade de continuar a acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Associação Portuguesa de Seguradores, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), e pela Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP), correspondendo aos desafios de integrar os seus órgãos sociais assim como, no plano internacional, mantemos a representação nos conselhos de administração da AMICE (Associação Europeia de Seguradoras Mútuas e Cooperativas) e da EFICA (Associação Europeia de Seguradores de Pesca), certos de que a troca de experiências e o trabalho em parceria contribuem para o reforço do nosso desempenho coletivo.

Para além das exigências da atividade seguradora impõe-se, ainda, que a Mútua dos Pescadores reforce a sua dimensão cooperativa, continuando o desafio de aumentar o número de cooperadores e a sua atividade junto dos setores e associações que representam as atividades do mar e da economia social, elemento distintivo das suas origens, da sua história e do seu presente, enquanto única Cooperativa, Portuguesa, de Utentes de Seguros.

Continuaremos a contar com o apoio dos nossos dirigentes e o empenho dos nossos trabalhadores para, em conjunto, servirmos melhor todos aqueles que em nós confiam conferindo mais segurança à sua atividade profissional ou lúdica,

aos seus bens, e conseqüentemente contribuir para uma maior qualidade de vida dos cooperadores, dos tomadores de seguros, dos segurados e suas famílias.

### 3. Área Comercial

Mantendo-se como objetivo estratégico continuar a crescer e defender a carteira nas áreas de negócio onde a Mútua é especialista e referência, prevê-se:

- Diversificar os produtos comercializados e alargar as áreas de negócio;
- Desenvolver ações de marketing, aproveitando os diversos canais de comunicação ao dispor;
- Continuar a implementar as medidas e procedimentos adequados às exigências da Diretiva de Distribuição de Seguros;
- Promover a formação dos trabalhadores e colaboradores relativamente a produtos, técnicas de vendas, sinistros e análise de risco;
- Melhorar a definição, calendarização, execução e monitorização dos objetivos;
- Manter o rigor e cuidado na subscrição de novos riscos.

#### Estratégias por Vetor:

##### Vetor I – Pesca

- Defender a carteira e implementar ações comerciais para conquistar novos negócios;
- Reforçar a campanha de vendas do ramo Marítimo Cascos;
- Desenvolver ações de formação que permitam potenciar a divulgação e comercialização do produto P&I;
- Promover ações de informação junto dos tomadores de seguro para acautelarem de forma adequada as suas responsabilidades perante as suas tripulações e terceiros.

##### Vetor II – Recreio e Marítimo-Turísticas

- Continuar a desenvolver ações de divulgação e comercialização dos produtos nestes setores;
- Desenvolver estratégias comerciais para alargar a área de intervenção a novos segmentos alvo;
- Desenvolver campanhas de comercialização específicas para o setor da Animação Turística.

##### Vetor III – Comunidades Ribeirinhas

- Dinamizar e desenvolver a comercialização dos produtos para clientes particulares;
- Identificar segmentos de mercado alvo, para promover a comercialização de produtos para empresas;
- Melhorar a divulgação e comercialização do produto de Multirriscos;
- Desenvolver e criar produtos no ramo dos Acidentes Pessoais, que permitam dar resposta a exigências legais de algumas instituições/organizações, para além de produtos adaptados ao segmento dos clientes particulares;
- continuar a aprofundar as relações com as entidades que trabalham no setor da aquicultura, procurando encontrar soluções que melhor se adaptem às suas necessidades.

##### Vetor IV – Setor Cooperativo e Social

- Definir novas formas de trabalho junto destas entidades, reforçando a relação com as mesmas, procurando promover as soluções que a Mútua pode oferecer em resposta às suas necessidades de ordem económica, social e cultural, enquanto cooperativa e, fundamentalmente, encontrando soluções ao nível dos produtos de seguros enquanto seguradora;
- Melhorar a ligação ao setor sindical, procurando encontrar resposta para as suas necessidades específicas, tanto para os sindicatos, como para os seus associados.

### 4. Área Técnica

No quadro dos objetivos estabelecidos para o mandato, nas políticas de subscrição e gestão de sinistros, serão prioritárias as seguintes atividades:

- Iniciar a conceção, divulgação e exploração de novos produtos;
- Acompanhar a implementação de novo produto no eGiS;
- Desenvolver modalidades para o produto Segurpesca XXI;
- Prosseguir no acompanhamento das participações eletrónicas de acidentes de trabalho;
- Continuar com a política de avaliação das condições das embarcações seguras no ramo marítimo;
- Identificar e promover as ações de formação que se revelarem necessárias à melhoria da gestão técnica;
- Alargar e potenciar o tratamento e a integração das Folhas de Férias eletrónicas no GiS;
- Participar nas ações e procedimentos que se vão desenvolver no âmbito do cumprimento do RGPD.

## 5. Área Financeira e de Resseguro

O principal tema, para o próximo triénio, será o acompanhamento da evolução e implementação das novas Normas Internacionais de Relato Financeiro – IFRS 17 – Contratos de Seguro, que cobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das responsabilidades com contratos de seguro e IFRS 9 (Instrumentos Financeiros).

A par destes desafios acrescem novas obrigações, a nível da Autoridade Tributária, onde se destacam a aplicabilidade das novas regras de faturação para a atividade seguradora.

Dentro desta área, destacam-se os seguintes setores:

### Financeira e Contabilística

- Desenvolvimento da informação técnica, contabilística e financeira, necessárias à adaptação às novas exigências financeiras e fiscais;
- Implementar a nova obrigação declarativa mensal de Imposto de Selo;
- Acompanhar as novas alterações ao SAFT, e-FATURA e implementação da faturação eletrónica para entidades públicas;
- Iniciar a abordagem à IFRS 9, com vista à sua implementação em 2021;
- Implementar o novo software de Gestão da Carteira de Ativos;
- Prosseguir uma gestão prudente dos investimentos financeiros com especial atenção aos riscos de mercado e risco de crédito, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes;
- Continuar as auditorias internas de acordo com o plano traçado, nomeadamente nas áreas de cobranças, sinistros e gestão de riscos.

### Cobranças

- Manter o acompanhamento dos vários canais de cobrança, aperfeiçoando os seus circuitos de controlo, nomeadamente no serviço de contencioso;
- Agilizar os procedimentos administrativos na cobrança, respondendo às novas exigências fiscais.

### Pessoal e Logística

- Prosseguir na adequação dos procedimentos administrativos tendo em atenção o RGPD;
- Prosseguir na organização do arquivo na sede e balcões.

### Gestão de Riscos, Controlo Interno, Atuariado e Estatísticas

- Continuar o desenho dos procedimentos adequados às novas exigências de reporte colocadas ao nível dos contratos de seguro e apuramento das respetivas responsabilidades;
- Aprofundar o estudo da adequação das Bases Técnicas atuariais em Solvência I relativamente às Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho;
- Prosseguir na definição das Políticas bem como na definição dos instrumentos de medida dos vários riscos;
- Desenvolver os indicadores essenciais à gestão de riscos, na dimensão financeira, técnica, comercial e de resseguro;
- Proceder ao desenvolvimento dos relatórios internos, nomeadamente do Relatório da Função Atuarial, interligando-o com a gestão corrente da empresa.

### Resseguro

- Acompanhar a política de resseguro, privilegiando a relação de longo prazo mantida com os resseguradores e fomentando a sua participação em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o negócio de uma forma global.

## 6. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

Para além das exigências legais ou de mercado, a dimensão cooperativa da Mútua é visível nas suas políticas e práticas em diversos domínios, sendo particularmente importante nas seguintes áreas:

### Comunicação, Imagem e Marketing

- Continuar a valorizar a proximidade da comunicação, junto dos cooperadores e das comunidades, promovendo também o Grupo Mútua;
- Continuar a privilegiar os meios de comunicação próprios, nomeadamente a Revista “Marés”, o site ([www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt)) e a página na rede Facebook;
- Manter presença regular nos órgãos de comunicação social, escritos e eletrónicos, nas edições relacionadas com os vetores estratégicos da Mútua, bem como ligadas a parceiros institucionais;

- Desenvolver ações promocionais adequadas às campanhas comerciais, através dos meios de comunicação, da presença em iniciativas, feiras comerciais e outros eventos;
- Desenhar nova imagem e folhetos promocionais.

### **Formação**

- Dar continuidade à dinamização da formação interna, nas áreas em que a Mútua dos Pescadores está acreditada pela DGERT (finanças, banca e seguros; enquadramento na organização/empresa; segurança e higiene no trabalho), dando especial enfoque aos aspetos de natureza técnica, comercial e cooperativa;
- Continuar a desenvolver a formação em segurança marítima para os cooperadores e utentes das áreas da pesca e marítimo-turística;
- Continuar a promover a frequência de ações de formação externas, com especial incidência sobre as exigências da Solvência II, IFRS 17 e da nova Lei de Distribuição de Seguros;
- Desenvolver as ações previstas no Plano de Formação, de acordo com o quinto princípio cooperativo – Educação, formação e informação – e os artigos 97.º do Código Cooperativo e 53.º dos Estatutos da Mútua dos Pescadores.

### **Projetos/Parcerias**

- Continuar a assegurar o desenvolvimento dos compromissos com as várias entidades nas áreas de intervenção da Mútua, em particular no que respeita à área de segurança marítima e ao setor da Pesca nas suas múltiplas dimensões;
- Acompanhar o trabalho das estruturas criadas na esteira do programa Mar2020, nomeadamente os Grupos de Desenvolvimento de Base Comunitária (DLBC) Costeiros, e de outros sistemas de financiamento nacionais ou internacionais, potenciando o desenvolvimento de ações de formação em segurança e higiene no trabalho, numa parceria com instituições especializadas e certificadas, quer para a pesca, quer para a marítimo-turística, quer ainda para outras iniciativas que abrangem trabalhadores, utentes, cooperadores e comunidades;
- Potenciar a relação com as organizações que tiveram origem em projetos de iniciativa da Mútua, tais como a Sociedade Portuguesa de Saúde Marítima e a Estrela do Mar – Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca.

### **Sistema de Audição**

- Continuar a assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis, da ética seguradora, da justiça social e dos valores e princípios cooperativos, numa estreita ligação à Provedora do Utente e em sintonia com as orientações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

### **Ação Social**

- Garantir o acompanhamento regular dos sinistros que provoquem danos corporais mais graves e/ou que impliquem apoio social;
- Prestar todo o apoio social que estiver ao nosso alcance, nas restantes situações que afetem cooperadores, utentes, e outros beneficiários da Mútua dos Pescadores.

### **Intervenção Cooperativa**

- Estimular e apoiar a ação dos trabalhadores e dirigentes, no sentido do desenvolvimento cooperativo, nomeadamente através da captação de novos cooperadores, do reforço da subscrição de títulos de capital social e de outras ações convergentes;
- Dar continuidade às ações de formação e comunicação para esta área.

### **Coro Grupo Mútua**

- Continuar a apoiar as ações do Coro do Grupo Mútua\*.

## **7. Área de Sistemas de Informação**

Para além das funções transversais de gestão e manutenção dos vários meios e equipamentos de comunicação, mantém-se a estratégia de acompanhar a evolução tecnológica e defender a segurança dos sistemas de informação, prevendo-se:

- Renovar o Datacenter Mutua, reorganização dos servidores e reforço da cultura de segurança dos sistemas e das infraestruturas;
- Iniciar projeto de implementação da Gestão Documental;
- Participar nas medidas de proteção, controlo e monitorização de dados pessoais no âmbito do RGPD;

\* Nota: Coro Grupo Mútua - inclui-se nesta edição do Plano de Atividades e Orçamento novo tópico subordinado a um tema que constava já no documento aprovado na Assembleia geral de 15 de dezembro de 2019, embora inserido, por lapso, no tópico "Ação Social".

- Prosseguir com o Projeto de Upgrade (reestruturação interna) da Rede de Dados dos Balcões;
- Substituir a Central Telefónica;
- Atualizar os dispositivos de Impressão do Grupo Mútua;
- Reformular o sistema de backups do Grupo Mútua;
- Acompanhar e suportar desenvolvimentos na gestão das áreas técnica e financeira;
- Melhorar o sistema de impressão de documentos, quebrando a dependência exclusiva da utilização de Macros.

## 8. Orçamento para 2020 - 2022

### ORÇAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

(montantes expressos em Euros)

	2018	2019	2020	2021	2022
	Real	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Prémios Emitidos	9 104 980	9 409 413	10 673 607	11 100 551	11 544 573
Prémios Resseguro Cedido	-3 149 226	-3 246 743	-3 538 306	-3 762 727	-3 997 795
Prémios Não Adquiridos	-101 411	-38 632	-120 808	-124 600	-128 523
Proveitos de Investimentos	1 633 459	862 921	834 477	819 229	803 594
Outros Proveitos	876 658	965 362	1 031 997	1 099 385	1 170 295
<b>Total</b>	<b>8 364 460</b>	<b>7 952 321</b>	<b>8 880 967</b>	<b>9 131 838</b>	<b>9 392 144</b>
Custos com Sinistros	4 791 519	5 101 372	5 646 114	5 795 535	5 903 127
Custos de Exploração	1 889 710	1 845 015	2 132 927	2 194 939	2 282 736
Custos com Investimentos	583 084	334 783	345 860	353 333	364 666
Outros Custos	125 822	103 500	110 500	110 500	110 500
Outras Provisões	174 345	5 000	5 000	5 000	5 000
<b>Total</b>	<b>7 564 480</b>	<b>7 389 670</b>	<b>8 240 401</b>	<b>8 459 306</b>	<b>8 666 029</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>799 980</b>	<b>562 651</b>	<b>640 565</b>	<b>672 532</b>	<b>726 115</b>

### ORÇAMENTO PARA INVESTIMENTOS - 2020-2022

(montantes expressos em Euros)

	2020	2021	2022
<b>RECURSOS</b>			
Saldo de operações correntes	1 150 000	1 305 000	1 209 000
Títulos de Capital	n.d.	n.d.	n.d.
Alienação/Reembolso de Investimentos	2 150 000	1 675 000	2 871 000
<b>TOTAL</b>	<b>3 300 000</b>	<b>2 980 000</b>	<b>4 080 000</b>
<b>APLICAÇÕES</b>			
Títulos de Crédito/DP	2 000 000	1 700 000	2 800 000
Remição de Pensões	800 000	800 000	800 000
Melhorias em Instalações	50 000	30 000	30 000
Equipamentos	100 000	100 000	100 000
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2 950 000</b>	<b>2 630 000</b>	<b>3 730 000</b>
Segurança de Tesouraria	350 000	350 000	350 000
<b>TOTAL</b>	<b>3 300 000</b>	<b>2 980 000</b>	<b>4 080 000</b>

### O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente  
 João Paulo Quinzino Delgado - Vice-Presidente  
 Álvaro José Bota Guia  
 Arsénio Marques Caetano  
 Filipe Manuel Santos Dias Marques  
 Jerónimo Gomes Viana  
 José Luis Marques Cabrita

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

**MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.,**

**1.** Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento plurianual 2020-2022 da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.

**2.** O orçamento para o triénio 2020-2022 sofreu ajustamentos aos anos de 2020 e 2021, considerando os dados de 2019. A elaboração do plano e orçamento mantem, no essencial, as linhas de orientação definidas no início do mandato dos órgãos sociais em 2017-2020 e reafirmadas em todas as jornadas técnico-comerciais do Grupo Mútua, perspetivas que pretendem atingir objetivos globais, em 2022, de ultrapassar os 11,5 milhões euros de Prémios Brutos Emitidos; da manutenção da estratégia de recomposição da carteira de prémios; da manutenção do controlo dos Custos com Sinistros e dos Custos por Natureza; do bom desempenho das Cobranças; da gestão prudente dos investimentos financeiros com rentabilidade adequada; da manutenção de uma estratégia dirigida para o controlo e diminuição dos riscos da empresa; obtenção de resultados, antes de impostos, positivos.

O Conselho Fiscal procedeu à análise dos documentos e obteve todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

O Orçamento 2020-2022 prevê proveitos totais de 8 880 967€, em 2020, 9 131 838€, em 2021 e 9 392 144€, em 2022, custos totais de 8 240 401€, 8 459 306€ e 8 666 029€ nos anos referidos e resultados positivos, antes de impostos, de 640 565€ em 2020, 672 532€ em 2021 e 726 115€ em 2022.

**3.** Os membros do Conselho Fiscal com as informações e os dados fornecidos pela Administração consideram que os desafios lançados à gestão são possíveis de alcançar dado que os pressupostos utilizados na sua elaboração se afiguram adequados.

**4. Parecer**

Face ao que antecede, apreciados os documentos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Plano de Atividades e Orçamento para 2020-2022.

**5.** Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 02 de Dezembro de 2019

O CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente

Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal

José Joaquim Salvado Mesquita, Vogal



**MÚTUA**  
DOS PESCADORES

**Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6.º, 7.º, 8.º - 1050-202 Lisboa  
T + 351 21 393 63 00 | F + 351 21 393 63 10 | geral@mutuapescadores.pt

**[www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt)**

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616  
Registada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 1020, no Ramo Não Vida  
NIPC 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros